

Maquiavel: lições das *Histórias Florentinas*¹

Machiavel: leçons des *Istorie Fiorentine*

Sérgio Cardoso

Universidade de São Paulo | São Paulo | Brasil

RESUMO

O presente artigo procura examinar — tendo como pano de fundo as controvérsias do campo do comentário — o tratamento dado por Maquiavel à questão do ‘conflito civil’ posta no cerne de suas *Istorie Fiorentine*. A partir da compreensão, empenhada na obra, da natureza da história como disciplina do saber e de sua finalidade prática, busca-se observar a dinâmica da ‘divisão civil’ e a oposição entre conflitos facciosos e os conflitos políticos nos episódios evocados. Considera-se ainda, no relato paradigmático da revolta dos *Ciompi*, no L. III, as motivações passionais e as aspirações republicanas da plebe, bem como as causas de sua reversão em desejo de poder, que reabre o caminho das lutas de facção e da corrupção das instituições da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Maquiavel; Histórias; Florentinas; Divisão civil; Claude Lefort.

RÉSUMÉ

Cet article examine la question du conflit civil, posée par Maquiavel au noyau même de ses *Istorie Fiorentine* — en tenant en compte le débat de la critique dédié à la lecture de cet ouvrage. En partant de la conception de l’histoire et de son intention pratique assumées par l’auteur, il se propose à considérer la dynamique de la division civile et l’opposition des conflits politiques aux conflits de factions évoqués dans les différents épisodes. Il considère également, dans le récit paradigmatique de la ‘révolte des *Ciompi*’, au L. III, les motivations passionnelles et les aspirations républicaines de la plèbe florentine, aussi bien que les causes de la réversion de cette aspiration dans le désir de pouvoir qui réouvre la voie des conflits des factions et de la corruption des institutions de la ville.

MOTS CLEFS

Machiavel ; Histoires Florentines ; Division civile ; Claude Lefort.

1 Devo agradecer a leitura deste texto — e as atentas observações — por parte de amigos do GT “Ética e Política no Renascimento” (ANPOF). Como se verá, tive a grata satisfação de apoiar-me em grande parte nos trabalhos destes amigos para empreender este comentário das *Istorie*. Volto neste texto, depois de muito tempo, à leitura de uma obra à qual, pela vontade de Claude Lefort — que aqui homenageio —, eu teria dedicado meu doutorado.

São bem conhecidos os temas mais caros aos historiadores humanistas de Florença, os criadores da história assumida e prezada pela cidade. E conhecemos bastante bem, igualmente, o esteio principal deste ideário: a nova versão sobre as origens daquela povoação da margem do Arno produzida por Leonardo Bruni, em ruptura com uma longa tradição — alimentada pela aspiração medieval por uma monarquia universal — de referência ao seu nascimento sob os auspícios da Roma do Império. O chanceler-historiador proclama agora sua cidade filha e herdeira da Roma republicana e, assim, celebra sua origem livre, seu apego à forma constitucional popular² e à igualdade — sob leis — de seus cidadãos, sua luta contínua pela independência e o autogoverno, os favores da Providência para a realização de seu destino de grandeza — além de exaltar a virtude cívica, a concórdia e a união dos florentinos na construção e defesa de sua liberdade. Bruni delineia, enfim, todos os elementos do que Claude Lefort chamou, em várias oportunidades, “ideologia florentina”³, o ideário forjado nos anos das guerras contra Milão, nas malhas da nova cultura literária e cívica denominada por Hans Baron ‘bürgerhumanismus’. Poggio Bracciolini, também chanceler (em 1453), no mesmo espírito, alonga a história narrada por Bruni, para cobrir os acontecimentos posteriores (ainda que, na verdade, se ocupe do conjunto das hostilidades e enfrentamentos entre Florença e Milão entre 1350 e 1455, o ano da paz definitiva celebrada por Cosme de’ Medici), assumindo uma tarefa semelhante àquela que, mais tarde, será atribuída, pelo favor dos Medici⁴, a Maquiavel.

O novo historiador oficial da cidade⁵ — a rigor, o primeiro ‘de ofício’ e

-
- 2 Para Bruni, tradutor da “Política” de Aristóteles, a ‘forma popularis’ é um regime misto sustentado nos extratos médios da população, tal uma ‘politeia’ acabada, perfeita, na sua tendência para a moderação, o meio e a estabilidade.
 - 3 Claude Lefort volta a esta questão em vários textos. Veja-se, sobretudo: a parte final de seu *Le Travail de l’Oeuvre, Machiavel*, “L’idéologie florentine” (Lefort, 1972); “Machiavel et les Jeunes” e “La Naissance de l’Idéologie et l’Humanisme”, ambos em *Les Formes de l’Histoire* (Lefort, 1978); e ainda o luminoso “Machiavel et la verità effettuale” em *Écrire, à l’épreuve du politique* (Lefort, 1992).
 - 4 Com a morte de Lourenzo II de’ Medici, em 1519, o cardeal Giulio de’ Medici, futuro papa Clemente VII, volta para Florença para cuidar dos interesses políticos e econômicos da família. O cardeal, em janeiro de 1520, recebe Maquiavel — então sem encargos e rendimentos, desde 1512 —, certamente para já falarem da provisão para a escrita da história da cidade, para a qual o ex-segundo secretário era recomendado por amigos (depois de já ter sido, no ano anterior, um dos convidados do cardeal para escrever um projeto de reforma constitucional para Florença). A comissão lhe vem em 8 de novembro de 1520, por intermédio do ‘Studio Fiorentino e Pisano’, para um trabalho de dois anos (renovável por mais três), com pagamento de cem florins anuais. Em maio de 1525, Maquiavel dedica e apresenta o trabalho terminado a Clemente VII, recebendo uma recompensa suplementar de 120 ducados, vindos da bolsa privada do papa (cf. Garin, 2006, p. 55; também Gaille-Nikodimov, 2005, p. 196).
 - 5 De fato, o propósito inicial de Maquiavel era o de dar continuidade ao relato dos dois

remunerado para tanto — sabe bem (considerada, sobretudo, a situação extremamente crítica que Florença vive naquele momento), o que se espera dele: a renovação e revigoramento daquele arsenal de motivações cívicas, a ser agora associado à exaltação da contribuição das várias gerações dos Medici na construção da grandeza de sua cidade. Sabe também das muitas dificuldades de sua empresa. Pois, ele mesmo, há pouco, solapara duramente aquela ideologia florentina, que ainda entusiasmava os jovens republicanos, inconformados com a volta do quase centenário ‘principado’ dos Medici (ninguém se enganava sobre a natureza de seu domínio sobre a cidade), após 18 anos de governo popular republicano. Em seus comentários sobre a história de Roma de Tito Lívio, nos encontros com jovens republicanos nos ‘*Orti Oricellari*’, Maquiavel desmontara, peça por peça, as representações políticas construídas pelos humanistas, atacando diretamente sua coluna mestra, a exortação à *unione*, ao formular um elogio, desconcertante para todos, do conflito civil.⁶ Provocados por tais comentários, os participantes daquelas reuniões (sobretudo os que lhe são mais próximos, como Zanobi Buondelmonti e Luigi Alamanni, dedicatários diletos de dois de seus textos) o incentivam vivamente a assumir o encargo de historiador⁷, seguros que estão da

chanceleres historiadores, como ele próprio assinala já nas primeiras linhas da obra: “Lo animo mio era, quando al principio deliberai scrivere le cose fatte dentro e fuora dal popolo Fiorentino, cominciare la narrazione mia dagli anni della cristiana religione 1434, nel quale tempo la famiglia de’ Medici, per i meriti di Cosimo e di Giovanni suo padre, prese più autorità che alcuna altra in Firenze; perché io mi pensava che messer Lionardo Bruni e messer Poggio, duoi eccellentissimi istorici, avessero narrate particolarmente tutte le cose che da quel tempo indrieto erano seguite.” (Machiavelli, 1971; *Istorie, Proemio*; p. 632¹). Observamos que os textos de Maquiavel são extraídos da edição estabelecida por Mario Martelli e são citados com a indicação do nome da obra, do capítulo, página e coluna, para facilitar sua localização pelo leitor.

- 6 Veja-se, por exemplo, a reação de Guicciardini ao elogio do conflito nos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* (daqui em diante referido como *Discorsi*). Newton Bignotto a comenta em seu “Maquiavel e Guicciardini”, no item “Conflito e Unidade do Corpo Político” do capítulo IV (Bignotto, 2006).
- 7 Zanobi Buondelmonti, um dos dedicatários (ao lado de Alamanni) da *Vita de Castruccio Castracani*, estando Maquiavel em Lucca, lhe escreve: “Todos estão convencidos que deveríeis vos colocar com toda a diligência a escrever esta história e eu o desejo mais que qualquer outro, [...] a espécie de história que já temos de vós prova o bastante que as pessoas de espírito sadio não podem fazer senão boas obras. E, acima de tudo, parece-me que estais particularmente à vontade nesse gênero e que vós eleveis aí vosso estilo, assim como a matéria exige, mais do que em outros” (Machiavelli, 1955, tome II, p. 424). Eugenio Garin comenta: “Maquiavel havia feito sua ‘prova’ como historiador escrevendo, de um fôlego, em abril de 1520, em Lucca, [...] a Vida de Castruccio Castracani. Já no dia 8 de agosto, ele podia enviá-la a Zanobi Buondelmonti e Luigi Alamanni, aos quais ela havia sido dedicada. Eles a leram e fizeram circular. Em 6 de setembro, em nome dos amigos, Buondelmonti lhe escreve sobre ela. Eram louvores sinceros, algumas ‘anotações’; tratava-se das premissas da vigorosa exortação a que se engajasse no projeto de escrever a história de Florença” (Garin, 2006, p. 54).

utilidade das lições que viriam deste trabalho para sua cidade. Tal interesse, ele mesmo o assinala no texto de abertura do livro: “Se todo exemplo de república move, aqueles que se leem sobre a própria, movem muito mais e são mais úteis” (Machiavelli, 1971; *Istorie, Proemio*; p. 632²).

Assim, como se vê, são muitas as expectativas que cercam o trabalho encomendado a Maquiavel. Há, de um lado, evidentemente, aquelas relativas ao próprio cultivo da disciplina humanista, as exigências literárias, subordinadas a regras precisas para a escrita de uma ‘*vera historia*’, e ao necessário respeito aos paradigmas representados pelos grandes historiadores romanos. Há, de outro lado, as expectativas de seus compatriotas, que, de há muito, buscam encontrar na história da cidade um elemento fundamental de identidade e coesão: ela não só veicula tradições, mitos, valores e práticas sociais, como também, acreditam, lhes dá direção e confere destino, algo urgente, naquele momento, para uma cidade desnorteada e temerosa por seu futuro. E há ainda os Medici, que esperam obter da obra elementos de legitimação de sua hegemonia e domínio sobre as instituições da cidade. E por fim, não se pode esquecer o que esperam desse trabalho os jovens amigos do autor, que querem compreender o enraizamento histórico das dificuldades e impasses de suas aspirações republicanas.

Em relação às expectativas dos Medici — que, efetivamente, o embarçarão em muitos momentos da escrita⁸ — Maquiavel, de saída, opera uma manobra astuciosa. Ao invés de relatar o período inicialmente previsto, de 1434 ao presente, aquele do domínio da família (um recorte, é preciso assinalar, que o levaria a produzir, segundo a aspiração de seus patrocinadores, uma história do clã, uma ‘vida de príncipe’, com se dizia então⁹), recua aos primórdios da cidade e, prudentemente, o traz apenas até 1492, o ano da morte de Lorenzo, poupando-se

8 Garin, entre outros comentadores, observa tais dificuldades, ao referir-se ao momento da entrega da obra: “ele havia trabalhado intensamente, mesmo tendo havido algumas interrupções, mas sempre com o temor de trair a verdade de suas próprias ideias, e de desagradar os Medici” (Garin, 2006, p. 76). Há vários testemunhos desta dificuldade, como um depoimento de seu amigo Donato Giannotti (Cf. Ridolfi, 1960, p. 255) e também um fragmento de uma carta (datada de 30 de agosto de 1524, durante o verão em que está trabalhando os últimos livros), que envia a Francesco Guicciardini, amigo próximo dos últimos anos de sua vida: “[...] abordo certas particularidades sobre as quais precisaria de vossa opinião. Temo desagradar demais seja se elevo, seja se rebaixo os acontecimentos; bah! Eu me aconselharei sozinho e me esforçarei para, de qualquer forma, dizer a verdade, de um modo que ninguém possa se queixar” (Machiavel, 1955, tome II, p. 456). Machiavel também alude a esta dificuldade no final da dedicatória da obra (“Io me sono pertanto ingegnato, Santissimo e Beatissimo Padre, in queste mie descrizione, non maculando la verità, di satisfare a ciascuno; e forse non arò satisfatto a persona” — Machiavelli, 1971; *Istorie, Dedicatoria*; p. 632¹).

9 Sobre a oposição entre ‘história universal’ e ‘vida de príncipe’ conferir Aranovich, 2007, p. 160.

de narrar o declínio e o afastamento da família em 1494, bem como os impasses institucionais a que ela leva a cidade no presente.¹⁰ Por tal expediente, afasta, então, os Medici do protagonismo do relato para escrever uma história do ‘povo florentino’, *Istorie Fiorentine* — um expediente que, é verdade, não resolve todas as dificuldades enfrentadas pelo trabalho. Pois, ele não poderá devolver àquele povo uma imagem lisonjeira de seu passado — como aquela desenhada por Bruni —, nem poderá alimentar a crença de muitos de seus compatriotas num destino grandioso da ‘república’. Ao invés do encômio, sua história trará advertências e lições úteis concernentes à trama, infeliz, de seus conflitos e divisões e à dilapidação contínua do vigor político da cidade.

E mesmo seus jovens amigos dos *Orti Oricellari* terão nesta história, ainda uma vez, seu quinhão de decepções. Verão que um verdadeiro governo popular republicano — diferentemente do que pretendia a tradição e do que ocorrera em Roma — nunca, na verdade, prosperou em Florença. Verão que a nostalgia da ‘boa sociedade perdida’ carrega a idealização de um passado republicano¹¹ incapaz de resistir ao exame dos fatos e da reflexão. Pois, efetivamente, o diagnóstico do historiador será cruel: “o desejo do povo florentino era injurioso e injusto” (Machiavelli, 1971; *Istorie* III, 1; p. 690²) diz; este povo nunca aceitou integrar a cidade, visando o universal e o interesse comum traduzidos em verdadeiras leis. Ao procurar vencer a dominação das oligarquias, também ele sempre forja *ordini e leggi* “em favor do vencedor” (*Ibid.*); comporta-se como parte, como facção. Diferentemente do povo romano — “mais razoável”, observa ele —, não “disputa” com a nobreza, “combate-a”. Por isso os conflitos em Florença terminam sempre, não em leis, como em Roma, mas em violência e sangue, “com exílio e morte de muitos cidadãos” (*Ibid.*, p. 690¹); sem avançar na direção republicana. Assim, as lições das suas histórias dificilmente confortarão as urgências, e também os ódios, daquele grupo de jovens inquietos que se veem sufocados por uma oligarquia profundamente enraizada e que sonham com a herança e o destino republicanos de sua cidade. Compreenderão que os frutos e o sabor da história não vêm da caução de suas certezas e desejos; virão da lavra e dos incômodos da reflexão.

•

10 Ridolfi aponta a escolha do ano da morte de Lorenzo para o término da obra como “oportuna” (Ridolfi, 1960, p. 264). Marie Gaille-Nikodimov diz, por sua vez, que “sans doute la décision de clore son histoire avec la mort de Laurent de Médicis en 1492 lui permet-elle de se libérer de délicats problèmes de formulation : l’histoire de Florence après la descente de Charles VIII est trop proche au lecteur de 1525 pour qu’il puisse se permettre un faux pas” (Gaille-Nikodimov, 2005, p. 197).

11 Confira-se nesse sentido as excelentes análises trazidas por Claude Lefort nos texto indicados na nota 2, acima.

Que venham, então, as lições da história! Pois, sabem todos, desde Políbio, que a história carrega uma intenção pragmática. Além de proporcionar prazer — sobretudo em um tempo tomado de entusiasmo pelo passado e pelo ‘despertar das letras e das artes’ —, ela também pretende ensinar; pretende ter utilidade para aqueles leitores ciosos da superioridade da ‘*vita ativa et civile*’ e diretamente implicados na ação política.¹² E podemos lembrar que para os homens de cultura do tempo, moldados pela formação dos *studia humanitatis*, a história é arte; ela integra (juntamente com a gramática, poesia, retórica e filosofia moral) o novo currículo das artes liberais. E, como arte, disposição para produzir algo — “acompanhada de um logos verdadeiro”, como assinala Aristóteles —, a história quer ser produtiva, eficaz. São bem conhecidos por Maquiavel e seus contemporâneos os ensinamentos do filósofo: “a arte nasce — ele diz — quando de muitas experiências surge uma noção universal (*katholou*) concernente aos casos semelhantes” (Aristóteles, *Metafísica*, 981a, 24b6); ela provém da experiência, da memória de muitos acontecimentos de um determinado tipo, quando se destaca destes conhecimentos empíricos um universal, um saber que configura uma ‘causa’ e oferece ao artista um “porque”¹³, que o habilita a produzir ou evitar um certo efeito. E Aristóteles continua: “o saber e o entender pertencem mais à arte do que à experiência; e julgamos os artistas mais sábios que os experientes [...]; pois, uns conhecem a causa, outros não. Os experientes, com efeito, conhecem ‘o que’; os outros, ao contrário, conhecem o porque e a causa. Por isso consideramos os arquitetos dignos de honra e mais dotados de saber que os pedreiros, porque conhecem a causa do que fazem. [...] Enfim, consideramos os primeiros mais sábios, não porque sejam práticos, mas porque possuem o *logos* e conhecem as causas” (Aristóteles, *Metafísica*, 981a, 24b6).

12 Para as relações da prática historiográfica de Maquiavel com o perfil dado à história pelos humanistas, veja-se, Gilbert, *Machiavelli and Guicciardini*, 1973; Gilbert, “Le *Storie Fiorentine* di Machiavelli, saggio interpretativo” (In: Gilbert, *Machiavelli e il suo tempo*, 1977); Bondanella, *Machiavelli and the art of Renaissance history*, 1973; Matucci, *Machiavelli nella storiografia Fiorentina*, 1991; além do primeiro capítulo (“La première tradition humaniste en Italie”) do trabalho clássico de Wallace Ferguson: *La Renaissance dans la pensée historique* (1950), bem como o item “Concepções humanistas da História” da parte III de *Timoneiros* (Teixeira, 2010) e o capítulo 3 (“Histoire et pensée politique chez les modernes”) do excelente estudo de Thierry Ménissier: *Machiavel, la politique et l’histoire* (2001).

13 Vale a pena lembrar toda a passagem: “Da memória nasce para os homens a experiência: por muitas recordações da mesma coisa chegam a constituir uma experiência. [...] A arte nasce quando de muitas experiências surge uma noção universal concernente aos casos semelhantes. Com efeito, ter noção de que a Cálías, afetado por tal doença, fez bem tal remédio, e o mesmo a Sócrates e a muitos outros considerados individualmente (*kath’ekaston*) é próprio da experiência; mas, saber que foi proveitoso a todos os indivíduos de tal constituição, agrupando-se em uma mesma classe os afetados por tal doença, por exemplo, os fleumáticos, os biliosos ou os febris, é próprio da arte” (Aristóteles, *Metafísica* A 1, 980 b29 – 981 a13).

Compreende-se, assim, que Maquiavel lamente, no Proêmio de seus *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, que seus contemporâneos desconheçam a história e que dela se sirvam mal: “não têm verdadeiro conhecimento das histórias”, diz; buscaram-nas no gênero epidítico, como repertório de lições edificantes, de figuras idealizadas de exemplaridade moral, figuras a serem mais contempladas que imitadas¹⁴, tornadas inalcançáveis, “como se o céu, o sol, os elementos, os homens, tivessem mudado de movimento, de ordem e capacidade (*potere*), distinguindo-se do que eram antigamente” (Machiavelli, 1971; *Discorsi I, Proemio*; p. 76²).

O estatuto da História — a qual, enquanto “exposição ornada das coisas acontecidas”, não perde seu vínculo com a retórica — é, portanto, o de um conhecimento produtivo. Impõe-se nela proceder como na arte da Medicina ou do Direito¹⁵, como assinala nosso autor. Sabe-se que “as leis civis nada mais são que sentenças proferidas pelos antigos juriconsultos, sentenças que, ordenadas¹⁶, ensinam nossos juriconsultos a julgar no presente. Do mesmo modo, a Medicina não é outra coisa que as experiências feitas pelos antigos médicos, sobre as quais se apoiam os médicos do presente” (*Ibid.*); ora, é preciso fazer o mesmo “no recurso aos exemplos dos Antigos”: extrair deles o saber de suas causas. Assim, se Maquiavel observa que “não se vê Príncipe ou República que recorra aos exemplos dos Antigos”, e entende não alcançarem eles um “verdadeiro conhecimento das histórias”, é porque os vê como “incapazes de, lendo-as, extrair seu sentido [...], apreciar o sabor que têm” (*Ibid.*). Buscam prazer na variedade dos relatos; desconhecem a utilidade da memória destes acontecimentos, pois são incapazes de aceder às suas causas, ao seu ‘porque’.

Entretanto, se a História é arte (arte política), se nos oferece o saber das

14 Leonardo Bruni, por exemplo, sem ignorar a função de advertência e aconselhamento da história — como guia moral, que orienta para a virtude — ainda a vê como “a fonte mais cômoda daquele estoque de exemplos de condutas excepcionais, com os quais é adequado embelezar nossas conversações” (In: Adverse, 2013, p. 76). Para o comentário sobre o Proêmio dos *Discorsi* e a questão da exemplaridade histórica posta pelos humanistas — debatida por Machiavel e Guicciardini —, veja-se o capítulo “As Coisas do Mundo” em Aranovich, 2007, p. 33. Para as relações entre deleite e utilidade, veja-se Teixeira, 2010, p. 200.

15 Na longa ‘querela das artes’ do final do século XIV e parte importante do XV, debate-se a questão da superioridade do Direito ou da Medicina, com partidários inflamados de uma ou da outra arte. Ora, erigida por Maquiavel como mestra nas empresas de “ordenar as repúblicas, conservar os estados, governar os reinos, formar a milícia e administrar a guerra, julgar os súditos e aumentar o império” (Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. I, *Proemio*; p. 76), a História poderia, com toda evidência, postular a posição de arte superior.

16 Machiavel usa aqui a expressão ‘*reduci in ordine*’, a mesma usada por Cícero para a produção dos cânones da Retórica (Cf. Cícero, *De oratore*), remetendo ao procedimento central da constituição de uma ‘arte’ (*reducere in ordinem*), constituir classes, gêneros universais.

causas, das razões dos acontecimentos da cidade, o que, nesse domínio, pode ser mais necessário (e útil) que conhecer “as razões dos ódios e divisões” capazes de — inadequadamente compreendidos e enfrentados — obstaculizar, ameaçar ou destruir a própria existência das repúblicas (Cf. Machiavelli, 1971; *Istorie, Proemio*; p. 632²)? É para esta questão que Maquiavel dirige sua atenção e reflexão, sobretudo no tocante ao passado de sua própria cidade. Já no Proêmio da obra, ele assinala com clareza esse alvo: “se alguma *lição* é útil aos cidadãos que governam uma república é aquela que demonstra *as razões* dos ódios e divisões, para que, tornados sábios pelo perigo de outros, possam manter-se unidos” (*Ibid.*, grifos nossos). É a arte da História, enfim, que o coloca no caminho das razões, que lhe permite aceder à compreensão das causas e da natureza dos conflitos civis.

Não há motivo, assim, para qualquer hesitação: a matéria prima de toda a reflexão política de Maquiavel é o efetivo; são os fatos acontecidos, objetos das narrações das histórias. É “a experiência das coisas modernas e a contínua lição das antigas” — por ele “examinadas e pensadas”, como assinala na Dedicatória do Príncipe (Machiavelli, 1971; p. 257¹) — o terreno sobre o qual constrói seu conhecimento e seu ensino.¹⁷ Em sua obra, deste modo, o objeto da política não são as formas de governo e a busca da constituição excelente, como entendiam os gregos; não são também as inclinações naturais dos homens, as imposições do Direito e as virtudes que as realizam, como, a partir do estoicismo, na trilha de Cícero, pensam os romanos; não são ainda as disposições advindas das virtudes cardeais ou daquelas principescas, ensinadas pelos ‘espelhos dos príncipes’ aos grandes do Mundo, aos dirigentes políticos — tudo isto, de algum modo, pode estar lá e mesmo, eventualmente, organizar a exposição; porém, estas diversas visadas estarão sempre subordinadas à busca dos ensinamentos da experiência dos acontecimentos “antigos e modernos”, à busca (técnica) de suas causas, as “lições das histórias”.¹⁸

17 Os que acedem ao saber do porque, diz Aristóteles, são os que mostram capacidade para ensinar, o que é a marca do sábio. Maquiavel, no final do Proêmio dos *Discorsi*, depois de ter se comparado aos desbravadores de águas e terras desconhecidas, não hesita em apresentar-se como portador de um saber: “Julguei necessário escrever sobre os livros de Tito Lívio [...] o que, segundo o conhecimento das coisas antigas e modernas, julgarei ser necessário para a melhor compreensão deles, para que os que lerem estas minhas exposições (*deklarazioni*), possam mais facilmente extrair aquela utilidade em vista da qual se deve buscar o conhecimento das histórias” (Machiavel, 1971; *Discorsi*, L. I, *Proemio*; p. 76²). São, portanto, os conhecimentos extraídos por Maquiavel das coisas antigas e modernas que iluminam a leitura das histórias de Lívio; são tais conhecimentos — seus, não de Lívio — o que ele oferece ao leitor.

18 Em um livro de grande interesse (*Timoneiros*) sobre a historiografia de Maquiavel e Guicciardini, Felipe Charbel Teixeira aproxima, de maneira bastante apropriada, as lições da história nestes autores do conceito de prudência, a capacidade de decisão arguta, apta a distinguir as particularidades, os acidentes, “a partir de certos padrões estáveis e recor-

Observa-se, então, que aqui a perspectiva da política não é a da ciência. O saber maquiaveliano da política não parte de princípios ou axiomas (fossem eles a uniformidade da natureza humana, o egoísmo universal dos homens e sua capacidade de cálculo de seus interesses egoístas), aplicados à matéria histórica; seu saber não é ‘teórico’, científico.¹⁹ Por outro lado, insistimos, este saber das coisas políticas (“*le cose del mondo*”) não se produz como um simples saber de experiência, um conhecimento empírico, a ser consolidado e selado por advertências e máximas²⁰;

rentes” (Teixeira, 2010, p. 91), “como natureza humana, ciclos de ascensão e queda de cidades e formas de governo, padrões de condutas prováveis conformados pela experiência e pela leitura atenta das histórias antigas e modernas” (*Ibid.*, p. 212), diz. Portanto, nem ciência, nem experiência, mas um saber associado à ação, à práxis. O comentador observa: “É precisamente nesse sentido que as *Istorie fiorentine* de Maquiavel e a *Storia d’Italia* de Guicciardini são analisadas como eventos que ensinam a refletir, que apresentam os caminhos de um modo particular de inferência pautado no exame atento das ações dos principais agentes envolvidos nos processos decisórios: nesse sentido, as lições que os leitores devem extrair dessas histórias dizem respeito menos à delimitação de modelos gerais de conduta que à definição de um modo particular de *raggiornamento* que deve incidir em ações imitativas” (*Ibid.*, p. 213). Pensamos, no entanto, que a aproximação proposta por Maquiavel com Medicina e o Direito fazem a disciplina da História inclinar-se, fundamentalmente, para o campo da ‘arte’ — sem qualquer prejuízo de seus interesses persuasivos (retóricos) e éticos.

19 Vem de há muito, no campo do comentário da obra de Maquiavel, a insistência em apresentá-la como aquela que inaugura a ciência política (Meinecke, Cassirer e outros). James Hankins nos dá deste caminho, hoje, uma formulação que podemos tomar como paradigmática (Cf. Hankins, 1996). Maquiavel, diz ele, abandona os postulados da ética antiga (cujo empenho teleológico garante a conjunção entre bons meios e bons fins) e assenta as bases da ética moderna (bons meios não levam necessariamente a bons fins) e de suas práticas consequencialistas, que fazem o ator político responsável pelos resultados de seus atos (já que atos bons podem redundar em males e atos maus em bem). Ora, tal ética justamente supõe a capacidade de prever, o que só se tornaria possível em vista de certos postulados relativos à natureza humana assumidos por Maquiavel: 1. a natureza humana é uniforme no tempo e no espaço; 2. os homens agem sempre aproximadamente por motivos egoístas; 3. os homens agem racionalmente. Estes princípios permitiriam extrair da História, da experiência, regras de conduta para um comportamento bem sucedido na política e para o afastamento das consequências indesejáveis. Esta compreensão do saber proposto pela obra parece-nos empobrecê-la. Não são regras de conduta extraídas da experiência que encontramos aí, mas o saber das causas, da lógica ou das leis que operam a ordem política. Maquiavel é filósofo.

20 Se Hankins aproxima a política de Maquiavel de uma ciência experimental indutiva, outros, como se sabe, a confinam inteiramente no registro da *empeiria*, da experiência propriamente dita — como se pode verificar, sobretudo, em textos de estudiosos da primeira metade do século XX, como Herbert Butterfield, antigo professor de História Moderna de Cambridge. “Deve-se observar — diz ele — que a intenção de Machiavel não era estudar ou criar uma ciência particular como a que chamamos hoje ciência política; é importante que nos aproximemos de sua obra como a de um historiador e não a de um teorizador ávido de sínteses. [...] Seu ensino é uma coleção de máximas concretas, advertências e exortações, referentes a certos pontos de política, regras de conduta em determinadas emergências e exposições de movimentos táticos” (Butterfield, 1965; p. 21) — máximas, as mesmas, que voltam em todos os seus escritos, observa. Trata-se,

ele se funde e se confunde com a arte da História.²¹ E podemos observar que em todos os seus escritos o trabalho da reflexão que investiga as causas leva sempre ao mesmo ensinamento fundamental sobre os acontecimentos políticos: nas diversas matérias históricas examinadas (a Roma Antiga, a Itália de seu tempo, Florença e suas histórias), o “*raggiamento*” aponta a cada vez para a universalidade do conflito entre grandes e povo, para o caráter originário, fundante, da divisão civil, como causa primeira das coisas políticas e dos bens e dos males que acontecem às cidades. Tudo remete, enfim, às “graves e naturais inimizades” entre o povo e os grandes — uma formulação que não exprime um postulado, mas manifesta um saber pacientemente extraído da meditação sobre os acontecimentos do seu tempo, de Roma ou das histórias do passado florentino. Este saber procede dos fatos, já que a reflexão se processa através dos fatos (e mesmo procede deles, como reflexão dos próprios fatos); pois, o pensamento, fazendo história, adere à própria urdidura dos acontecimentos para demonstrar, pelos fatos²², suas razões, como poderemos observar agora na trama das histórias florentinas.

•

Nos *Discorsi*, a história de Roma já se revelara imensamente pródiga em utilíssimas advertências e em sólidos conhecimentos sobre a vida das cidades, o comportamen-

assim, para o comentador, de uma “sabedoria acumulada”, a “sabedoria prática” de “um conselheiro profissional em problemas políticos, cuja habilidade era a admiração de seus amigos” (*Ibid.*, p. 23). Vejam-se também afirmações de Charbel Teixeira (2010, p. 197) no mesmo sentido.

- 21 Por isso revela-se sempre incômoda a classificação dos escritos maquiavelianos em ‘teóricos’ e ‘históricos’ (além dos literários). Do ponto de vista formal, um tratado (*De Principatibus*), comentários (*Discorsi sopra la prima decada de Tito Lúvio*) ou histórias (*Istorie Fiorentine*) são bem diversos. No entanto, a natureza do saber político visado é em todos os casos certamente o mesmo.
- 22 Maquiavel assinala claramente este procedimento na afirmação que abre o capítulo 27, L. II dos *Discorsi*: “E perché questo è un termine che merita considerazione, ingannandoci-si gli uomini molto spesso, e con danno dello stato loro, e’ mi pare da dimostrarlo particolarmente con esempli antichi e moderni, non si potendo con raggioni così distintamente dimostrare” (Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. II, 27; p. 186²). Aranovich comenta, acertadamente, que “[...] em Machiavel, política e história não podem ser separadas, porque se o forem, serão insuficientes para a compreensão da realidade. Ou seja, a história é a única realidade e qualquer pensamento político deve ser nela fundada, sob pena de se tornar fantasmagórico” (Aranovich, 2007, p. 28). A comentadora volta, no entanto, à ideia da regularidade do comportamento humano, ainda que busque mostrar que esta recorrência não deve ser considerada no registro das paixões individuais, mas implicadas na totalidade complexa que é o Estado: “[...] considerando-se o que disse acima acerca de que todo o conhecimento sobre os homens deve ser obtido no interior do espaço estatal, concebe-se que as paixões agem dentro do Estado [...] e que] o conhecimento dos movimentos do Estado precede aquele das paixões” (*Ibid.*, p. 83), observa.

to dos cidadãos e a natureza de seus conflitos. Assim, poderíamos nos perguntar se haveria ainda, no domínio das coisas políticas, algo a aprender das histórias de uma cidade que se viu ao longo do tempo “oprimida e diminuída pela malignidade dos acontecimentos” (Machiavelli, 1971; *Istorie, Proemio*; p. 633¹), e que, por estas vicissitudes, foi se tornando, como observa seu historiador, cada vez mais “humilde e abjeta” (*Ibid.*, p. 691¹). Ora, se Bruni e Poggio calaram ou passaram por alto as matérias propriamente políticas (fixando-se nas guerras externas dos florentinos), por julgá-las desimportantes (*deboli*) e indignas de ser recolhidas pela memória das letras, enganaram-se inteiramente, diz ele. Em primeiro lugar, porque se os homens se interessam pelas histórias de outras repúblicas, interessam-se ainda mais por aquelas internas à própria cidade; pois, já vimos, “se todo exemplo de república move, aqueles que se leem sobre a própria movem muito mais e são muito mais úteis” (*Ibid.*, p. 632²)²³, diz ele. Depois, quanto à história de Florença, há ainda, certamente, um bom motivo para dar-lhe atenção: sendo o centro do interesse e da utilidade das histórias o exame “*delle civili discordie e delle intrinseche inimicizie*” (*Ibid.*), nessa matéria, assinala Maquiavel, o caso florentino é excepcional: “se foram notáveis as divisões de alguma república, as de Florença foram notabilíssimas, já que a maior parte das repúblicas de que se tem notícia contentaram-se com uma divisão — com a qual, conforme os acontecimentos, a cidade cresceu ou se arruinou —, já Florença, não contente com uma, produziu muitas” (*Ibid.*)²⁴. A república romana, “como todos sabem”, continua ele, manteve a divisão entre os nobres e a plebe de seu início até sua ruína, do mesmo modo que outras cidades; Florença, no entanto, produziu conflitos diversos e em profusão. Mas há ainda um motivo suplementar, nada desprezível, para a atenção à sua história, sobretudo para seus próprios cidadãos: o fato da cidade — não obstante o ideário republicano que a impregna — nunca ter prosperado como verdadeira república, apesar de sua pujança econômica, da excepcional *virtù* e engenho de seus cidadãos e ainda “da vontade destes de tornar grandes a si e à sua pátria (*Ibid.*, p. 633¹). Quais as razões deste malogro? Por que não se alcançam aqui, como em Roma, *ordini* republicanas que lhe proporcionem alguma estabilidade constitucional e *grandezza*²⁵? Por que vai esta cidade de crise em crise até o principado

23 “[...] *si ogni esempio de republica muove quegli che si leggono della propria muovono molto piu e moto piu sono utili*” (Machiavelli, 1971; *Istorie, Proemio*; p. 632²).

24 “[...] e se di niuna repubblica furono mai le divisioni notabili, di quella di Firenze sono notabilissime; perchè la maggior parte delle altre repubbliche delle quali si ha qualche notizia sono state contente d’una divisione, con la quale, secondo gli accidenti, hanno ora accresciuta, ora rovinata la città loro; ma Firenze, non contenta d’una, ne ha fatte molte” (*Ibid.*).

25 Diz Machiavel: “E, senza dubbio, se Firenze avesse avuto tanta felicità che, poi che la si liberò dallo Imperio, ella avesse preso forma di governo che l’avesse mantenuta unita, io

dos Medici e aos seus atuais infortúnios, fragilizada externamente e malograda em suas aspirações republicanas?

Ainda no Proêmio, Maquiavel arrola a sucessão das divisões enfrentadas pela cidade, apresentando ao leitor, já aí, o roteiro da obra — expressamente centrado nos desdobramentos desses conflitos —, toda ela aplicada em sondar e articular suas razões e motivações. “Em Florença, observa, primeiramente dividiram-se os nobres entre si, depois os nobres e o povo e, por último, a divisão se deu entre o povo e a plebe; tendo ainda, muitas vezes, acontecido que uma destas partes, tornada dominante, dividiu-se em duas” (*Ibid.*, p. 632²). Sucedem-se, pois, na cidade, como se vê, conflitos de naturezas diversas: aqueles propriamente políticos, em vista da liberdade, da não-opressão (o conflito do ‘*popolo*’, isto é, a grande e pequena burguesias florentinas, contra os nobres — objeto do L. II — e, depois, a oposição da plebe, massacrada economicamente e destituída de direitos políticos, contra o próprio *popolo*, os cidadãos inscritos nas corporações, maiores e menores, às quais a plebe estava ‘*sottoposta*’²⁶) e ainda, a cada momento, conflitos no interior da própria classe dominante da hora, entre segmentos da nobreza, no início, depois entre facções burguesas, e mesmo divisões no seio da própria plebe, quando esta, efemeramente, ocupa o lugar do poder.²⁷

O contraponto é evidentemente o caso de Roma, cuja divisão civil, interna, não se desdobra no tempo, como em Florença, em embates de classes diversas. E isto, lá, não ocorre porque Roma tivesse superado a divisão, afastado os conflitos. O que se observa é que esta cidade, tornada paradigmática, conseguiu dar a eles

non so quale republica, o moderna o antica, le fusse estata superiore” (*Ibid.* p. 633¹).

26 Florença, a partir de 1282, passa a ter seu sistema político quase inteiramente organizado com base nas corporações de ofícios, as guildas, que caracterizaram a organização social no decorrer da idade Média (“o que acabava por conferir ao governo o aspecto de uma federação de corporações de ofícios”, nas palavras de Pancera, 2010, p. 41). A integração dos cidadãos no sistema político e a participação nas magistraturas se faz, assim, pela mediação das *Arti* — corporações maiores (comércio atacadista, finanças, e produção em escala, como no caso da arte da lã) e menores (os ofícios que, de modo geral, caracterizam serviços). Trabalhadores ‘braçais’, não especializados, diaristas, não são agregados em corporações próprias; são subordinados (*sottoposti*) a determinadas *Arti* e a seus magistrados, nos registros tanto social quanto jurídico.

27 As observações do Proêmio da obra e depois daquele do L. III, bem como o correr dos relatos, levam José Luiz Ames a perguntar se, nestas *Istorie*, Maquiavel não atenuaria a distinção, feita nos *Discorsi*, entre conflitos bons e maus, que apareceriam então, agora, como sendo todos de um só tipo, e prejudiciais todos, no caso de Florença, à ordem republicana (visto não haver nesta cidade boas instituições para canalizá-los em um sentido político, como em Roma). Desta forma, considera o comentador, os conflitos florentinos permanecem indiferenciados, ganham um aspecto “pastoso” (cf. Ames, 2014, p. 278), impedindo a distinção entre aqueles ‘naturais’, dos *umori*, e os ‘artificiais’, das facções. Florença, observa ele, não conheceu instituições capazes de regulá-la, daí ter sido marcada pela ‘homogeneidade’ (‘pastosa’) das suas dissensões internas (cf. *Ibid.*, p. 269).

um enquadramento institucional capaz de absorver os embates da inultrapassável divisão civil em instituições apropriadamente republicanas — instituições que deram voz, capacidade de manifestação, às diversas partes da cidade, sobretudo à plebe, a partir da instituição decisiva do Tribunato. Roma produziu, enfim, mediações institucionais para o conflito, canalizando, de algum modo, seus desdobramentos e consolidando, assim, sua ‘liberdade’ republicana.

Maquiavel já ensinara no belo capítulo 7 do L. I de seus *Discorsi* que “não há nada que torne uma república tão estável e firme quanto ordená-la de modo tal que a alteração dos humores que a agitam encontrem uma via, ordenada por leis, para desafogar-se”.²⁸ Tirara lição aí, como se sabe, do caso romano de Coriolano que, acossado pela ira da plebe, é levado à justiça pelos tribunos. E observara que “em tal acontecimento se assinala o que já foi dito: o quanto é útil e necessário que as repúblicas, com suas leis, ofereçam vias para desafogar a ira que o povo (*la universalità*) abriga contra um cidadão” (Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. I, 7; p. 87²), ou em relação às manifestações de opressão. Caso contrário — forças e ‘*ordini*’ públicas faltantes —, recorre-se a forças privadas (gerando facções) ou mesmo a forças estrangeiras, com enormes danos para a república. Seus concidadãos conhecem bem tais episódios, lamenta: “vimos — diz ele — em nosso próprio tempo quanta agitação trouxe à república de Florença o fato da multidão não poder desafogar ordinariamente sua animosidade contra um cidadão” (*Ibid.*), lembrando episódio recente da desgraça que se abate sobre um chefe militar da cidade. Assim, assinala que os florentinos não só não resolvem seus conflitos através da lei, como, mais gravemente, não os resolvem promovendo boas leis, segundo conclui agudamente o primeiro capítulo do L. III das *Istorie*, para, em seguida, tomar o caminho da demonstração mediante a narrativa, por fatos.

Este capítulo introdutório do L. III é justamente um momento fundamental da obra. Como em todos os capítulos introdutórios, nele não são narrados acontecimentos; o historiador aí assenta e expõe sua reflexão: recolhe as lições trazidas pelo livro precedente e introduz às razões dos acontecimentos que serão narrados.

28 É preciso lembrar aqui, mais extensamente, esta célebre passagem dos *Discorsi* sobre as acusações públicas e sua função estabilizadora das instituições: “Questo ordine fa dua effetti utilissimi a una republica. Il primo è che i cittadini, per paura di non essere accusati, non tentano cose contro allo stato; e tentandole, sono, incontinentemente e senza rispetto, oppressi. L’altro è che si dà onde sfogare a quegli umori che crescono nelle cittadini, in qualunque modo, contro qualunque cittadino: e quando questi umori non hanno onde sfogarsi ordinariamente, ricorrono a’ modi straordinari, che fanno rovinare tutta una republica. E però non è cosa che faccia tanto stabile e ferma una republica, quanto ordinare quella in modo che l’alterazione di quegli umori che l’agitano, abbia una via da sfogarsi ordinata dalle leggi” (Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. I, 7; p. 87¹). Confira-se também o capítulo 25 do L. I, no mesmo sentido.

É, assim, na abertura desse livro que Maquiavel propõe uma das formulações mais contundentes — e também mais debatidas — sobre a divisão civil, o fundamento das repúblicas e de todas as associações políticas. Lemos aí: “As graves e naturais inimizades existentes entre os populares e os nobres, causadas por quererem estes comandar e aqueles não obedecer, são a razão de todos os males que surgem nas cidades; porque desta diversidade de humores alimentam-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III, 1; p. 690¹). Ora, os que vêm da leitura do Príncipe e dos *Discorsi* estranham, evidentemente, nesta passagem, os vocábulos “males” e “perturbam” aqui referidos à causa primeira, “natural”, da existência e vida das repúblicas. É certo que em Florença (cidade que está no horizonte da observação, ainda que de fato o plural universalize a referência) as divisões civis redundaram em males; mas, é certo também que a universalização se vê comprometida, logo em seguida, com a indicação de que em Roma tais inimizades não produziram os mesmos efeitos maléficis que perturbaram Florença: “numa e noutra cidade produziram efeitos diversos”, favoráveis, na primeira, francamente desoladores na outra. Em Roma, produziram boas instituições e leis, universais políticos; em sua cidade, violências reiteradas, conflitos sangrentos, mortes e exílios, tornados corriqueiros, quase banais. Ora, a oposição entre bons e maus efeitos certamente nos impede de ler esta abertura do L. III como crítica aos conflitos civis. Faria contra senso com esta e com toda a obra.²⁹

Mas, por que esta mesma causa produz nos dois casos efeitos tão contrastados? A resposta, Maquiavel a adianta imediatamente, e com toda a clareza: “tal diversidade de efeitos deve ser causada pelos fins diversos que se deram os dois povos”, pelos fins que, nas duas cidades, movem os que “não querem obedecer”, o “povo”, que os *Discorsi* fazem o depositário da liberdade republicana (cf. Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. 1, 5; p. 83¹). Pois, o humor popular, compreendemos claramente aqui, quando se desencadeia contra o comando e a opressão dos grandes, pode dirigir sua ação para fins diversos: pode visar a produzir leis, fazendo-se um efetivo portador de universais políticos, ou pode ter como fim ‘ocupar o poder’, produzindo não só uma oposição, mas ainda a exclusão e hostilização de seus adversários: “O povo de Roma — observa — desejava gozar as supremas honras junto com os nobres, o de Florença combatia para ficar sozinho no governo, sem que os nobres participassem dele” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III, 1, p. 690²); ou seja, “as graves e naturais inimizades” entre povo e grandes “em Roma se resolviam *disputando*, em Florença, *combatendo*” (*Ibid.*, p. 690¹, grifos nossos).

A passagem que acabamos de lembrar é bastante conhecida, citada e co-

29 É longa a lista dos comentadores que veem uma disparidade de tratamento dado à questão dos conflitos civis nos *Discorsi* e nas *Istorie*. Veja-se Bock, 1990, p. 182, que tem nesse tema um dos fios condutores de sua leitura das *Istorie*.

mentada, mas é necessário observar que não se trata aí apenas de uma questão de “meios”, do emprego ou não de meios não legais e violentos, meios extraordinários ou ordinários; trata-se, sobretudo, de uma questão de fins, dos propósitos que dão direção ao humor popular³⁰. E, por tratar-se de fins, uma avaliação e valoração destes propósitos logo se impõem: “o desejo do povo romano era mais razoável”, ajuíza o historiador; o do povo florentino, “injurioso e injusto” (*Ibid.*, p. 690²); ele fere a dignidade de alguns, excluindo-os da cidadania e do governo. Mas, Maquiavel vai adiante: o povo florentino, ao vencer, as leis que criava “eram estabelecidas não em vista da utilidade comum, mas todas em favor do vencedor” (*Ibid.*, p. 690¹). Vinga, portanto, nesse povo, o espírito de facção e o despotismo, não o da república. No caso da vitória do *popolo* sobre a nobreza (relatado no L. II), o que poderia ter sido para Florença um auspicioso “*principio della sua libertà*” (*Ibid.*), revelou-se a continuação de uma história de violências e conflitos, envolvendo agora, sobretudo, frações do próprio *popolo*. Com a exclusão dos nobres, ocorre também a perda progressiva “daquela *virtù* das armas e da generosidade de ânimo que existia na nobreza”³¹ (a qual, para sobreviver, precisa, então, “tornar-se semelhante aos *popolani*” — *Ibid.*, p. 690²), de modo que a corrupção da cidade se aprofunda, tornando-a “cada vez mais humilde e abjeta” (*Ibid.*, p. 691¹), observa cruelmente o historiador. Porém, além da sucessão dos conflitos de facção no seio da nova classe dominante, o *popolo* (cuja cidadania advém, lembramos, da inscrição nas corporações maiores e menores), o L. III trará o relato da última oportunidade de constituição da liberdade republicana dos florentinos — agora a revolta da plebe contra o *popolo* —, que veremos malograr pelos motivos que já são assinalados neste seu capítulo introdutório. E veremos também, depois desta revolta, a cidade caminhar, em meio a muita opressão e violências, na direção do principado e das dificuldades que a desafiam no presente.

•

Passemos, então, à demonstração pelos fatos, inscrita na trama mesma destas histórias florentinas. Nesse início do L. III, segundo o trajeto antecipado pelo autor já no Proêmio do primeiro livro, encontramos no momento que se segue ao

30 Comentaremos adiante, nas notas 46 e 50, as posições de Gisela Bock e José Luís Ames sobre esta questão.

31 A mesma observação aparece também no final do L. II: “Oltra di questo, tutti gli ordini della giustizia contro ai Grandi si riassunsono; e per fargli più deboli, molti di loro intra la popolare multitudine mescolorono. Questa rovina de’ nobili fu sì grande e in modo afflisse la parte loro, che mai poi a pigliare le armi contro al popolo si ardirono, anzi continuamente più umani e abietti diventerono. Il che fu cagione che Firenze, non solamente di armi, ma di ogni generosità si spogliasse” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. II, 42; p. 690¹).

triufo do ‘popolo’ sobre os nobres e a constituição do chamado “Governo das Artes”, aquele *stato* em que as magistraturas são ocupadas exclusivamente pelo ‘povo’ — a grande burguesia reunida, como já foi indicado, nas *Arti maggiori* (que detêm a inteira hegemonia no governo), associada à pequena, acomodada, esta, nas *Arti minori* —, com a exclusão da plebe, não integrada ao corpo da cidadania, subordinada (*sottoposta*) a diversas corporações. No primeiro livro fora brevemente relatada a história das “coisas italianas”³²; no segundo, o historiador volta-se especificamente para Florença, vindo de suas origens até 1353, período de dominação e queda da nobreza, um tempo tumultuado por divisões e conflitos entre clãs e partidos (Guelfos e Gibelinos e, posteriormente, com a hegemonia dos Guelfos, sua própria divisão em Bianchi e Neri)³³. Logo, porém, crescem “as naturais inimizades entre os homens populares e os nobres (*Ibid.*, p. 690¹), sobrepondo-se às hostilidades existentes entre facções da nobreza, que, no final do L. II, vê-se levada a uma completa derrota, mediante episódios de extraordinária violência.³⁴ Assim, o L. III se inicia nesta *nuova ordine* da dominação popular, que vai se manter politicamente estabilizada por um bom lapso de tempo (“*mantennesi la città dopo quella rovina quieta infino all’anno 1353*”³⁵ — *Ibid.*; L. II,42; p. 690¹) já que, como diz o autor, “*doma que fu la potenza de’nobili*” (e, também “terminada a guerra com o arcebispo de Milão” — *Ibid.*; L. III,2; p. 691¹), parecia não haver mais motivo para perturbações. Ora, os conflitos logo reaparecem, visto que as instituições da cidade não se mostram capazes de os assumir e abrigar as oposições.

32 No primeiro livro a narrativa se inicia com o final do império romano e segue até 1434, descrevendo a formação e desenvolvimento das quatro potências da península italiana: os Estados Pontifícios, Nápoles, Veneza e Milão.

33 Em 1293, o *popolo* impõe à nobreza os draconianos ‘*ordinamenti di giustizia*’ (Cf. Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. II,13; p. 666² e também nota 37, supra), as leis antinobiliárias, às quais segue um tempo de apaziguamento, que será interrompido pelo surgimento da divisão entre Bianchi e Neri (Cf. *Ibid.*; L. II,16; p. 668²). Sobre este período de relativa calma, o historiador diz: “Né mai fu la città nostra in maggiore e più felice stato che in questi tempi, sendo di uomini, di ricchezze e di riputazione ripiena: i cittadini atti alle armi a trentamila, e quelli del suo contado a settantamila aggiungevano; tutta la Toscana, parte come subietta, parte come amica, le ubbidiva; e benché intra i nobili e il popolo fusse alcuna indignazione e sospetto, non di meno non facevano alcuno maligno effetto, ma unitamente e in pace ciascuno si viveva” (*Ibid.*; L. II,15; p. 668¹).

34 Depois de relatar os grandes e violentos tumultos que culminaram com o afastamento da nobreza da cena político-institucional, Maquiavel comenta: “Il popolo intanto, e di quello la parte più ignobile, assetato di preda, spogliò e scheggiò tutte le loro case, e i loro palagi e torri disfece e arse com tanta rabbia che qualunque più al nome fiorentino crudele nimico si sarebbe di tanta rovina vergognato” (*Ibid.*; L. II; p. 689²).

35 Mas, é preciso lembrar que nesse período acontecimentos calamitosos, como uma peste devastadora e a primeira guerra contra os Visconti de Milão (com seus planos de expansão para a construção de um grande Estado unificado no norte e centro da Itália — Cf. Hans Baron, 1966), vieram assolar a cidade.

Assim, o historiador emenda, em tom de lamento: “No entanto, a má fortuna de nossa cidade e suas *ordini* não-boas” levam-na a mergulhar em novas divisões, em conflitos facciosos, de natureza análoga aos que antes foram protagonizados pela nobreza. Emergem inimizades e desavenças entre grupos *popolani*, divisões entre clãs aglutinados em partidos que se odeiam e que querem, evidentemente, “*ottenere il principato nella repubblica*” (*Ibid.*), como evidenciará, adiante, a ambição do partido ‘guelfo’, que por muito tempo dominará a cidade. As facções se armam e seguidamente desafiam as leis e recorrem à violência privada.

Liderados pelos clãs Albizzi e Ricci, estes partidos enfrentam-se, então, por um longo período, espreitando-se e criando obstruções mútuas no plano das decisões políticas. Acaba, no entanto, por prevalecer a facção dos Albizzi (aliada aos Strozzi e outras famílias poderosas), denominada ‘parte guelfa’ (uma designação que recupera a herança das antigas divisões da nobreza da cidade), cujos chefes, diz Maquiavel, tornaram-se insolentes e potentíssimos (Cf. *Ibid.*; L. III,3; p. 692¹). Estes homens, já em 1371, associados à maior parte dos ‘*popolani potenti*’ e a muitos dos membros da antiga nobreza, “decidem ficar sozinhos no governo” (*Ibid.*, p. 692²) e moldar a seu favor as instituições. Malgrado a reação indignada de um grupo de cidadãos respeitados contra suas insolências e arrogância, as medidas tomadas pela *Signoria* contra eles (e contra os embates das facções) acabam por aumentar-lhes o poder³⁶ — o que faz aumentar também, certamente, o número de seus inimigos. A cidade se vê, então, em um impasse: de um lado, a audácia destes ‘capitães guelfos’; de outro, a impossibilidade de derrotá-los (Cf. *Ibid.*, p. 696¹) e de estancar a contínua erosão das leis e instituições. Assim, aos adversários dos Guelfos parecia, então, não haver outro caminho que o recurso às armas; o quadro, como assinala o historiador, é de iminência de guerra civil.

No entanto, esses conflitos facciosos (entre facções burguesas, devemos enfatizar), ao se exacerbarem e caminharem para seu extremo, começam a alcançar um estatuto propriamente político. Pois, terminam por se associar na oposição à ‘*parte guelfa*’ (que concentra “a maior parte dos *popolani* mais poderosos e todos os antigos nobres” — *Ibid.*) todo o povo “*di minori sorte*” — o *popolo minuto* —,

36 A principal das medidas tomadas foi a suspensão do acesso às magistraturas, por três anos, a três membros da família Albizzi e a três dos Ricci, entre eles Piero degli Albizzi e Ugucione de’ Ricci, os chefes destas facções adversárias. Esta medida fez, na verdade, crescer a força política dos Albizzi, que já dispunham do prestígio e do aparato da “Parte de’ Guelfi”, um partido mais reverenciado e temido que a própria *Signoria*, segundo relata Maquiavel: “E a tanta arroganza i Capitani di parte salirono, ch’eglino erano più che i Signori temuti, e com minori reverenza si andava a questi che a quelli, e più se stimava il palagio della Parte che il loro; tanto che non veniva ambasciadore a Firenze che non avesse commissione a’ Capitani” (Machiavelli, 1971; *Istorie* L. III,8; p. 696¹). Mas, as medidas, enfim, ao invés de barrar, reforçam a arrogância dos Guelfos ao prejudicar, mais que a eles, seus adversários.

associado a alguns (poucos) *popolani* ricos (os Ricci, Alberti e Medici) e, o que é mais importante, “*il rimanenti della moltitudine*” (a massa a que comumente se chama, muitas vezes desdenhosamente, ‘o povo’, constituída sobretudo pela plebe), que, comenta Maquiavel, “quase sempre se associa à parte descontente” (*Ibid.*). À frente, liderando a rebelião contra a prepotência dos guelfos, está o ‘*popolo minuto*’ (os cidadãos pertencentes às corporações menores); mas, como se sabe, este movimento não só abrirá as portas para a entrada da plebe em cena, como também, logo, lhe reservará o papel principal, transformando-se em conflito entre a plebe e o *popolo*, a última das figuras das “*civili discordie*” florentinas nomeadas no Proêmio da obra, aquela que se seguiu à divisão política do povo (*popolani* e *popolo minuto* confundidos) em relação aos nobres.

O enfrentamento se inicia no momento em que Salvestro de’ Medici, oponente dos ‘guelfos’ e aliado do *popolo minuto*, esquivando-se de golpes e manobras, torna-se *gonfaloniero* e propõe uma lei que “*innovava gli ordinamenti della giustizia contro i grandi*”³⁷, visando a solapar o poder dos capitães guelfos (Cf. *Ibid.*, p. 697¹). Diante da resistência dos partidários destes, os aliados de Salvestro conclamam o povo a ocupar a praça da *Signoria* e conseguem aprovar a lei, mas não acalmar a cidade — mesmo com a decisão de estabelecer uma *balia*³⁸ para reformar as instituições (*lo stato*). Os tumultos ganham, então, enormes proporções. Os cidadãos das ‘*arti minori*’, apoiados pela numerosa plebe, “para vingar-se dos guelfos”, saqueiam e incendeiam casas, abrem prisões, invadem monastérios e ameaçam atacar a Câmara pública. As paixões mais ferozes se desencadeiam. Maquiavel assinala “*la rabia di quella moltitudine*”, o “*popolare furore*”, as violências cometidas “*per odio universale o per private inimicizie*” (Cf. *Ibid.*; L. III,10; p. 698²).

Aos poucos, no entanto, medidas pacificadoras (anulação de leis feitas pelos

37 É oportuno lembrar que os “*Ordinamenti di Giustizia*” designam a legislação pela qual, entre 1293 e 1295, a burguesia florentina se opôs à prepotência da nobreza (“e ciascuno giorno qualche popolare era ingiuriato; e le leggi e i magistrati non bastavano a vendicarlo, perché ogni nobili, con i parenti e con gli amici, dalle forze de’ Priori e del Capitano si difendeva” — Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. II,12; p. 666¹). São várias as medidas estabelecidas no plano social e da aplicação da Justiça, como responsabilizar as famílias nobres pelos delitos de seus membros ou levá-las a juízo apenas pela ‘*publica fama*’ de um delito. Vejam-se nas *Istorie* os capítulos 12 e 13 do Livro II. Algum tempo depois da expulsão, em 1343, do Duque de Atenas (o cavaleiro francês Walter de Brienne, chamado no ano anterior para governar a cidade) o *popolo* afasta os nobres do comando social e político da cidade (Cf. *Ibid.*; L. II,39; p. 687²), sobretudo mediante sua exclusão das *Arti* e, assim, das magistraturas de governo.

38 As *Balie* são comissões especiais, dotadas de poderes extraordinários, estabelecidas em geral por *Parlamenti* (grandes concentrações populares em praça pública), para questões urgentes ou ‘estado de necessidade’: reformas constitucionais ou eleitorais, criação de impostos, decisões relativas a guerras, sempre em momentos críticos. Suas decisões são inapeláveis. Ver Pancera, 2010, p. 45.

guelfos, reintegração política dos ‘*ammuniti*’³⁹, renovação das bolsas eleitorais, mudança dos ocupantes da *Signoria*, que agora passa a ser presidida por Luigi Guicciardini — homem muito respeitado —, além de outras medidas, como declarar rebeldes alguns cidadãos odiados pelo povo — cf. *Ibid.*) vão serenando os ânimos. As advertências e exortações do novo *gonfaloniero* (retratadas em longa peça retórica produzida pelo historiador — Cf. *Ibid.*; L. III,II; p. 699¹), são decisivas para o arrefecimento dos ódios e da revolta do *popolo minuto*. Porém, nesse momento, estando controlado o ‘*popolare furore*’, sobe para o primeiro plano a ‘*infima plebe*’, que toma a cena com iniciativas próprias, promovendo novos e violentíssimos tumultos. “Enquanto estas coisas [as tratativas da *Signoria* com o *popolo minuto*] aconteciam, nasceu um outro tumulto — diz Maquiavel — que muito mais que o primeiro feriu a república” (*Ibid.*; L. III,12; p. 700¹). Trata-se do movimento que a tradição nomeou ‘revolta dos *Ciompi*’, a rebelião dos numerosos “*sottoposti* à arte da lã e a outras” (*Ibid.*, p. 700²). O que os move? Seguramente, de um lado, seu ódio de classe, ódio aos cidadãos ricos e aos ‘príncipes das artes’ (Cf. *Ibid.*, p. 700¹). Porém, mais imediatamente, move-os o medo de serem eles os punidos pelas violências ocorridas nos dias precedentes. É verdade que há também a insatisfação com o que ganham (não estão, certamente, contentes “com o que achavam ser justo merecer por suas fadigas” — *Ibid.*, p. 700²) e com o funcionamento da Justiça que lhes era administrada pelos magistrados das corporações a que estavam subordinados; no entanto, são sobretudo movidos, positivamente — segundo exprime o magnífico discurso que o historiador atribui a um *ciompo* anônimo (Cf. *Ibid.*, p. 701¹) —, pelo desejo de “viver com mais liberdade e mais satisfação do que no passado” ou, como diz também, “abrir caminho para termos aquelas coisas que desejamos para nossa liberdade” (*Ibid.*). Desejo de liberdade, pois; aspiração por cidadania, como se evidenciará.

Impossível reduzir as motivações do *ciompi* a um horizonte fundamentalmente econômico, como querem muitos comentadores.⁴⁰ A reivindicação econômica

39 *Ammunire* é um vocábulo derivado do latim ‘*admonere*’: fazer lembrar, avisar, admoestar, chamar à ordem e mesmo castigar. Trata-se aqui de um expediente legal, acionado, a partir de meados de 1357, contra os suspeitos de origem ou inclinações ‘gibelinas’ (mas, adiante, também usado contra os líderes da ‘*parte guelfa*’). Procura-se por este expediente prevenir intervenções por parte de cidadãos potencialmente perigosos para a cidade, através da suspensão de seus direitos políticos, quase sempre por 10 anos. O uso deste instrumento legal, acionado pelos ‘*capitani*’ dos partidos, como assinala Maquiavel, trouxe contínuas agitações para a cidade, visto que seu uso mais regular destinou-se à neutralização política dos adversários pela facção hegemônica no controle do poder (em 1366, diz o historiador, “*si trovavano di già ammuniti più che 200 cittadini*” — Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III,3; p. 692¹). Confira-se, também no L. III, capítulo 3, o início do uso deste expediente nos conflitos das facções lideradas pelas famílias Ricci e Alberti (Cf. *Ibid.*, p. 691²).

40 Discutimos aqui a interpretação da revolta dos *Ciompi* que passou a dominar o campo

está certamente lá, mas a narrativa maquiaveliana traz o foco da revolta e de suas aspirações para um plano eminentemente político: é o ódio aos grandes (filtrado na indignação contra a prepotência dos guelfos e no medo) e a reivindicação da cidadania de que estão excluídos. Que se considerem suas exigências e as transformações políticas que reclamam (aquelas reivindicações que, sob forte pressão da multidão, foram aprovadas por todas as instâncias institucionais no momento mesmo do seu assalto aos poderes da cidade (Cf. *Ibid.*; L. III,15; p. 703²). Em primeiro lugar — e esta é a exigência fundamental —, impõem a criação de três novas corporações, através das quais todos os ‘*sottoposti*’ das *Arti* já existentes são incluídos na cidadania (uma para os cardadores e tintureiros, até então subordinados à Arte da Lã; outra para costureiros, alfaiates e artes afins; uma terceira para o restante da plebe). Passam, assim, a ter um instrumento de intervenção política e a beneficiar-se de uma justiça própria, visto que, no domínio judiciário, os cidadãos florentinos estavam fundamentalmente subordinados aos magistrados

do comentário como o momento, segundo Bock, “of the passage from the struggle for honors and office to that for property and wealth and to violence” (Bock, 1990, p. 193). Diferentemente da oposição do *popolo* aos nobres, estas lutas seriam, sobretudo, motivadas por condições materiais e interesses (com a passagem das discórdias civis à guerra civil — Cf. *Ibid.* —, com a passagem “from the constitutional to violent means that the author condemns” - *Ibid.*, p. 195), marcando um momento comparável ao das reformas dos Gracco em Roma. Bock comenta: “Most historians before him (Machiavelli) — including his sources — and most historians following him up until the 19th century saw the cause of the revolt, and of discord in general, either in instigation by devil or in punishment for the sins of the citizens, or else in inscrutable fate or individual immoral behavior, or else in manipulation of the people by some nobleman, or — in the case of Compi — in the reprehensible claims of men incapable of exercising public office. Machiavelli was perhaps the first historian to see the causes not in moral terms, but in political ones, and above all in material conditions and rational interests of the *Ciompi* themselves. He thus arrived at a conclusion that has not been surpassed by modern historiography” (*Ibid.*, p. 193, grifos nossos). As motivações de maior peso estariam, pois, do lado das reivindicações econômicas, o que se comprovaria pelo discurso do *Ciomo* anônimo recriado por Maquiavel (Cf. *Ibid.*, p. 195). Ames procura corroborar esta leitura: “já foi notado por Bock que o tumulto dos *Ciompi* pode ser lido em contraponto das disputas da lei agrária descritas nos Discursos (I,37): passagem da luta política para a econômica; transformação da discórdia civil em guerra civil. [...] Para a compreensão dos acontecimentos, Maquiavel contrapõe o discurso do gonfaloneiro Luigi Guicciardini aos de um anônimo chefe dos insurgentes. Enquanto o discurso do gonfaloneiro é basicamente uma exortação à moderação [...] o discurso do *ciomo* se volta para o que ficara oculto no discurso do gonfaloneiro: o problema da *roba* [...]. A *roba*, como podemos notar, assume um sentido mais vasto do que somente riqueza: refere-se à própria ‘ordem econômica’, isto é, à forma como a riqueza é produzida e repartida. [...] Com efeito, no centro do argumento daquele está um argumento a favor de uma igualdade que não é, em primeiro plano, política, mas, sobretudo, econômica” (Ames, 2014, pp. 273-275). Mas, que se atente também nesta discussão para o seguinte: com certeza, não é nesse momento que as ‘inimizades’ deixam de buscar os meios constitucionais para assumir a violência, os meios extraordinários. Basta lembrar a imensa violência utilizada pelo *popolo* contra a nobreza que Maquiavel lamenta no final do livro II (Cf. Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. II,41; p. 689²).

da sua *Arte*. A esta reivindicação central são associadas outras, como a anistia para os que foram exilados, confinados e ‘advertidos’ (*ammuniti*) por iniciativa dos capitães guelfos e, evidentemente, exigência de confinamento e ‘advertências’ para muitos de seus próprios inimigos. Também comparece aqui a mais tradicional das reivindicações das revoltas plebeias (desde Atenas e Roma): o perdão de dívidas (não exatamente perdão, aliás, mas adiamento por dois anos dos pagamentos das dívidas mais altas — acima de 50 ducados) dos integrantes das novas corporações de origem plebeia (Cf. *Ibid.*). Enfim, foi com tais pretensões e ideias em mente que os *ciompi* voltaram às ruas, enfrentaram as forças policiais, incendiaram casas, libertaram prisioneiros, queimaram os escritos da *Arte dalla Lana* e perseguiram os personagens que odiavam. No final, tendo se apoderado já das bandeiras das *Arti* e do estandarte da justiça (“*il gonfalone della giustizia*”, insígnia do chefe do governo, o ‘*gonfaloniero*’, e grande símbolo do poder e da ordem), invadem o Palácio do *Podestà*, “combatendo e vencendo” (*Ibid.*, p. 703¹), segundo registra em tom épico o historiador.

É nesse momento que, seguindo o relato, vemos destacar-se da multidão plebeia a personagem mais elogiada por Maquiavel em toda a obra: Michele di Lando, o *ciompo*, cardador de lã, que na tomada do palácio vai à frente de todos com o estandarte da Justiça. O narrador compõe neste episódio um quadro intensamente épico e simbólico. Aquele homem descalço, quase nu, com o estandarte nas mãos, seguido pela multidão, sobe as escadarias do palácio e chega à magnífica sala de audiências da *Signoria*. Para, então, e voltando-se para a multidão, exclama: “Vejam, o palácio é vosso; a cidade está em vossas mãos. O que vos parece que se deva fazer agora?” A resposta é surpreendente; pois bradam, arrebatados, “que queriam que ele fosse o *gonfaloniero* e Senhor, e que os governasse e à cidade como lhe parecesse melhor” (*Ibid.*; L. III,16; p. 704²). Michele aceita dirigir a *Signoria* e, diz o historiador, “como era um homem sagaz e prudente — o que devia mais à natureza que à Fortuna —, decidiu acalmar a cidade e acabar com os tumultos” (*Ibid.*); decide, enfim, voltar o mais breve possível, às vias ordinárias. Manda erguer duas forcas na praça, para sinalizar a retomada da autoridade pública e da lei; destitui a antiga *Signoria* e os Conselhos; faz queimar as ‘*borse*’ eleitorais⁴¹ e convoca os síndicos das Artes para estabelecer o novo governo, agora com uma repartição das magistraturas inteiramente diversa daquela que anteriormente vigia e com um domínio incontrastado das novas corporações da plebe, que levam a

41 Trata-se das ‘bolsas’ que continham os nomes dos cidadãos qualificados, e elegíveis segundo uma série de critérios, para os diferentes cargos. Tais ‘*borse*’ eram preparadas pelos ‘*accoppiatori*’, magistrados cuja função guarda alguma afinidade com aquela dos ‘censores’ romanos.

metade dos postos do colegiado da *Signoria*.⁴² Lando convoca também para participar mais estreitamente do governo um grupo de cidadãos *popolani* ‘amigos da plebe’, entre eles o riquíssimo Salvestro de’ Medici.

Ora, justamente esta volta à ordem institucional e a recomposição do governo, com a incorporação de estratos e forças diversas da cidade, desagradará e decepcionará imensamente a ‘*parte*’ vitoriosa: “Pareceu à plebe, comenta o historiador, que Michele, ao reformar o Estado, havia sido muito favorável aos ‘*maggiori popolani*’ e não lhes parecia terem obtido no governo uma parte [suficiente] para nele manter-se e para poder defender-se caso fosse necessário” (*Ibid.*, p. 705¹). Por este motivo, comenta Maquiavel, “impelidos por sua costumeira audácia, retomam as armas e, tumultuariamente, voltam à praça sob seus estandartes⁴³, exigindo que os *Signori* saíssem ao balcão do Palácio para decidir sobre assuntos de sua segurança e interesse” (*Ibid.*). E seguem-se ameaças. Ora, Michele, “em vista desta arrogância deles — e para não os indignar mais por ouvir o que não queriam —, lamentou os modos que empregavam para reivindicar (*domandare*) e os exortou a depor as armas, pois só então lhes seria concedido aquilo que, pela força, a *Signoria* não poderia conceder com dignidade” (*Ibid.*). A multidão revolucionária, enraivecida, reúne-se, então, em outro ponto da cidade e, de lá, destitui Lando, Salvestro e todo o governo, estabelecendo outros magistrados (*Signori*, capitães, ministros) e outras leis e ordenações, que decide impor pela força. Os novos líderes (*capi*, seus ‘capitães’) deliberam manter o governo, daí em diante, sob permanente vigilância por parte de oito comissários da plebe, que também habitariam o palácio.⁴⁴ São, então, enviados dois emissários aos *Signori*, aos quais “eles expuseram sua comissão com grande audácia e ainda maior presunção” (*Ibid.*, p. 705²), censurando Lando “pela ingratidão e o pouco respeito com que se conduzira em relação a eles, não obstante a dignidade e a honra que lhe haviam concedido” (*Ibid.*). Maquiavel

42 Maquiavel diz que Lando “feci di poi ragunare i sindachi delle Arti, e creò la Signoria: quattro della plebe minuta, duoi per le maggiori e duoi per le minori Arti. Fece, oltra di questo, nuovo squittino, e in tre parti divise lo stato (o conjunto das magistraturas); e volle che una di quelle alle nuove Arti, l’altra alle minori, la terza alle maggiori toccasse” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III,16; p. 705¹). Logo adiante, como veremos, a divisão das magistraturas passará a excluir as novas *Arti* plebeias e a contemplar apenas as *minori* e *maggiori*, cada uma com metade das funções. Já no colegiado da *Signoria* as corporações menores, da pequena burguesia, passarão, naquele momento, de maneira inédita, a ter mais peso na divisão do poder, com cinco membros, contra quatro das corporações maiores, aquelas dos *popolani*, dos grandes atacadistas, ‘industriais’ e financistas da cidade (Cf. *Ibid.*; L. III,18; p. 706¹).

43 Observe-se que não se trata mais do estandarte da *Giustizia*, aquele comum a toda a cidade, que voltara ao Palácio do Podestà, mas os das suas recém-criadas corporações.

44 “Questi capi infra loro deliberarono che sempre otto, eletti da’ corpi delle loro Arti, avessero com i Signori in Palagio ad abitare, e tutto quello che dalla Signoria si deliberasse dovesse essere da loro confermato” (*Ibid.*; L. III,17; p. 705²).

relata, então, que “ao virem eles, no final, das palavras às ameaças, Michele não pôde suportar tanta arrogância e, considerando mais o posto que ocupava que sua ínfima condição, pareceu-lhe necessário frear de modo extraordinário aquela extraordinária insolência” (*Ibid.*). O que faz, então, o *gonfaloniero*, e sem hesitação? Toma a arma que trazia na cinta e, diante de todos os demais magistrados, estupefatos, fere gravemente os emissários, mandando prendê-los.

O que se segue a esta cena insólita pouco tem de inesperado. A multidão, cheia de fúria, sai da praça em que se reunira (diante da igreja de Santa Maria Novella) em direção ao Palácio. Michele, presidente do governo e chefe das forças policiais da cidade, “reúne, então, um grande número de cidadãos — que já haviam começado a rever o seu erro de juntar-se à plebe, relata Maquiavel — e sai a cavalo para combatê-la, seguido de muitos homens armados” (*Ibid.*). Vence; obriga-os a depor as armas; expulsa da cidade uma parte deles (muitos se escondem; outros aderem ao comando do *gonfaloniero*); freia, enfim, o furor da plebe, fazendo-a temer⁴⁵, segundo comenta o nosso autor ao fechar a narrativa da revolta no capítulo 17. Estabelece-se, então, a reforma do Estado, sob a liderança de Lando — uma reforma que, como se sabe, irá resistir por pouco tempo. Pois, estando enfraquecida a plebe, as *arti minori* ganharão poder, como já anotamos⁴⁶, vindo-se mesmo a barrar a presença dos plebeus das novas corporações na *Signoria*, além de, logo também, dissolverem a terceira das novas *Arti*, a mais extraordinária, aquela que, contrariando a lógica corporativa destas instituições, reunia homens de extração plebeia não qualificados por ofícios — uma ‘corporação’ aglutinada fundamentalmente, pois, em vista da integração de todos ao corpo da cidadania.

O saldo final deste inédito e grandioso movimento será, na verdade, como já sabemos, desolador. Acabam por serem abolidas todas as três novas *Arti*, produzindo-se o avanço das *Arti minori* na partilha institucional do poder, como já lembramos. A liderança do Governo ficará, no entanto, com aquela facção dos *popolani* que havia se associado ao *popolo minuto* contra a tirania dos capitães guelfos e que havia também aderido à nova ordem instaurada pela plebe. Assim, Giorgio Scali, Benedetto Alberti, Tommazo Strozzi, Salvestro de’ Medici, que serão agora

45 Maquiavel acena aqui para o velho mote: a plebe é temível, quando não teme. E não deixa de anotar o desprezo do *popolo* em relação à plebe, que logo verá ser vedado a seus representantes o acesso ao conselho da *Signoria* (veja-se L. III,18: o episódio é aquele do veto a dois plebeus de má reputação, Tria e Baroccio, e a subsequente anulação da *Arte* dos ‘sem ofício’). O relato da repressão aos plebeus insubordinados já terminara com a passagem que mais evidencia o desdém pela plebe existente no seio da burguesia: “Le quali cose feciono la plebe sbigottire, e i migliori artefici ravedere e pensare quanta ignominia era, a coloro che avevano doma la superbia de’ Grandi, il puzzo della plebe sopportare” (*Ibid.*, p. 706²).

46 Conferir nota 42.

designados pelos florentinos como chefes do partido ‘dos plebeus’, “tornaram-se — observa o historiador —, quase príncipes da cidade” (*Ibid.*, p. 706²), provocando e reeditando, então, o velho e conhecido conflito entre facções burguesas, visto que eles se confrontam, como ‘*parte*’, com a facção dos Guelfos, ainda capitaneada pelos Albizzi. E responderão pelos mesmos gravíssimos danos conhecidos pela tradição política da cidade: mortes, exílios, suspeitas, ameaças vindas de alianças dos oponentes com forças estrangeiras, etc. Por três anos (de 1378 a 1381), esta ‘*parte plebea*’ domina a cidade de forma “violenta e tirânica” (*Ibid.*, p. 708¹). Só depois de muitas perturbações, como mostra a sequência do livro III, ela perde o controle do governo para sua adversária, a ‘*parte de’popolani nobili e de’guelfi*’, chamada agora ‘*parte popolare*’ (por oposição à ‘*parte plebea*’), cuja prepotência e arrogância justamente haviam revoltado os florentinos e dado início aos tumultos e transformações narradas neste L. III. Com a volta deste grupo ao poder, em 1381, são extintas as duas novas corporações remanescentes, voltando os plebeus à posição de ‘*sottoposti*’ das demais; Lando é confinado juntamente com outros ‘aliados da plebe’ (*capi plebei*); e tudo retorna à situação anterior. A burguesia florentina — a pequena e a grande aliadas — desmonta em três anos as instituições produzidas pela revolução dos *ciompi*, devolvendo o poder aos ‘*popolani nobili*’, reunidos na ‘*parte popolare*’, o velho partido Guelfo.⁴⁷ Só em 1434, com a volta de Cosme de’ Medici do exílio, o controle da cidade passará da liderança dos Albizzi para a de sua família, reforçando e prolongando a inconveniente indefinição constitucional da cidade: nem bem principado, nem república, segundo lamenta Maquiavel no *Discorso*.⁴⁸

•

A revolta dos *ciompi*, como sabido e consabido, é para Maquiavel o episódio crucial de suas ‘histórias florentinas’, um momento seguramente equivalente,

47 Com a queda do ‘partido plebeu’, “renderonsi gli onori alla Parte Guelfa; privoronsi le due Arti nuove de’ loro corpi e governi, e ciascuno de’ sottoposti a quelle sotto le antiche Arti loro si rimissono; privoronsi l’Arti minori del gonfaloniere di giustizia (*função que, no ‘stato’ anterior, elas revezavam com as Arti maggiori*), e ridussonsi dalla mità alla terza parte degli onori, e di quelli di maggiore qualità. *Si che la parte de’ popolani nobili e de’ Guelfi riassunse lo stato, e quella della plebe lo perdè; del quale era stata principe dal 1378 allo ’81, che seguirono queste novità*” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III, 21; p. 709¹; grifos nossos). Nada restou.

48 Veja-se o início do primeiro item do ‘Discurso sobre as formas de governo de Florença’, o projeto de reforma das instituições florentinas encomendado a Maquiavel pelo Cardeal Giulio de’ Medici, em 1520: “A razão pela qual as formas de governo de Florença mudaram constantemente foi por nela jamais ter havido república ou principado que tivesse forma apropriada” (Adverse, 2010, p. 59). Veja-se também, sobretudo, os itens II e 12 (*Ibid.*, p. 65) e Pancera, 2010, p. 59.

para ele, àquele da revolta da plebe romana que levou à solução institucional da criação dos Tribunos – ainda que os resultados evidentemente tenham sido bem diversos: os acontecimentos de Roma levam a constituição da república “à sua perfeição”⁴⁹ e põem a cidade na direção da sua grandeza; os eventos de Florença arruinam suas aspirações republicanas, reabrindo suas intermináveis lutas de facções, que a levam finalmente, como já apontamos, ao principado dos Medici. É o que mostra a urdidura dos fatos, tecidos pelo historiador.

No entanto, logo no início do capítulo introdutório do L. III, aquele em que a revolta é narrada, há uma passagem — reiterada e polemicamente interrogada pelos comentadores — que parece trazer uma avaliação diversa sobre estes acontecimentos. Depois de opor os efeitos das discórdias civis em Roma e Florença (de um lado, a criação de leis, a partir de ‘disputas’; de outro, violências, exílios e mortes, produzidos por ‘combates’), Maquiavel observa que, em Roma, os conflitos levaram ao aumento da *virtù* militar e, em Florença, à sua extinção, concluindo tal observação com uma outra consideração que não deixa de embarçar os leitores, por parecer, efetivamente, inverter as avaliações aventadas de início e depois reafirmadas: “aquelas [inimizades] de Roma conduziram a cidade da igualdade dos cidadãos a uma enorme desigualdade; as de Florença a conduziram [*l’hanno reduta*] da desigualdade a uma admirável igualdade” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III,1; p. 690²). Acrescenta-se ainda, adiante, que Roma desanda no final em um principado, enquanto Florença se vê, depois de tudo, em uma situação que parece mais favorável, dado que, “nas mãos de um sábio legislador” (Cf. *Ibid.*, p. 691¹), poderia receber qualquer forma de governo (o que parece incluir, portanto, um regime republicano).

Ora, se Roma caminha, assim, para a desigualdade e Florença possivelmente para a igualdade, Gisela Bock (Cf. Bock, 1990, p. 189) considera que, dada a valoração positiva conferida por Maquiavel à igualdade (associada a república em sua obra) e a conotação negativa da desigualdade (associada a oligarquia e principado), patentear-se-ia uma inversão que integraria uma série de reviravoltas nas avaliações das duas cidades ao longo do capítulo.⁵⁰ Este texto introdutório do

49 É o que afirma Maquiavel, logo no início dos *Discorsi*, ao assinalar na história romana a criação do Tribunato da Plebe: “[...] sendo diventata la Nobilità romana insolente per le cagioni che di sotto si diranno, si levo il Popolo contro di quella; talché, per non perdere il tutto, fu costretta concedere al Popolo la sua parte, e, dall’altra parte, il Senato e i Consoli restassono con tanta autorità, che potessono tenere in quella republica il grado loro. E così nacque la creazione de’ Tribuni della plebe, dopo la quale creazione venne a essere più stabilito lo stato di quella republica, avendovi tutte le tre qualità di governo la parte sua; [...] rimanendo mista, fece una republica perfetta” (Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. I,2; p. 81²).

50 “At a stroke, Machiavelli has reversed the terms of comparison between Rome and Florence, since the concept of equality has clearly positive associations in his thinking, as it

livro III começaria atribuindo uma conotação negativa aos conflitos florentinos e positiva aos romanos; iria, em seguida, a uma referência positiva aos florentinos (ao assinalar justamente que seus conflitos levam à igualdade, ao contrário de Roma), reprovando, no entanto, suas divisões internas, por causarem a perda da sua *virtù* militar e, no final, traria novamente o pêndulo a uma posição favorável aos florentinos, ao considerar que suas instituições podem ganhar a configuração de qualquer regime.

De nosso lado, não cremos que tais passagens devam ser entendidas assim.⁵¹ Pensamos que o contexto mostra claramente que a ‘igualdade’ aí atribuída a Florença está muito distante de representar uma avaliação positiva. Em primeiro lugar, porque o capítulo se desenvolve quase inteiramente em torno da crítica ao gênero de divisões civis existente entre os florentinos e da deploração da perda da sua *virtù* militar — “*la virtù delle arme e generosità di animo*” que se verifica em Roma⁵² —, que se esvai com o afastamento da nobreza de toda participação política, de modo a acuá-la a contrair “o ânimo e o modo de vida” populares, burgueses, que vêm igualar a todos os homens e acarretar o desaparecimento de capacidades e excelências necessárias à cidade (tornando-a “cada vez mais humilde e abjeta” — Machiavelli, 1971; *Istorie* III, *Proemio*; p. 691¹). Depois, como pensar aqui em igualdade republicana (aquela de conotação positiva, proporcionada por um ‘governo de leis’), em uma cidade dominada por facções “insolentes e tirânicas”, que se confrontam e afrontam continuamente as *ordini*, que promovem leis “não em vista da utilidade comum, mas inteiramente em favor do vencedor” da hora (*Ibid.*, p. 690²), como o autor assinala nesse mesmo capítulo? Não há em Florença senão uma sombra de república. Assim, tendo chegado a tal grau de corrupção (coroadada pelo principado dos Medici) e aos impasses institucionais

does in the florentine republican tradition” (Bock, 1990, p. 189).

51 É necessário dizer, porém, que Gisela Bock afasta a ideia de uma real contradição de Maquiavel ou ainda aquela de uma oposição entre as *Istorie* e os *Discorsi*, buscando para estas passagens — “contraditórias” — uma explicação no registro histórico. Com apoio no L. 1,37 dos *Discorsi*, sugere o paralelo, ao qual já aludimos (Cf. nota 40, acima), entre a revolta dos *Ciampi*, em causa nesse L. III das *Istorie*, com a crise romana do momento do tribunato dos Graco (comentada nos *Discorsi*), como o momento da passagem, em Roma, das ‘discórdias civis’ à ‘guerra civil’: o momento em que as demandas populares (contra os grandes) passariam do registro político da participação nas ‘honras públicas’ ao econômico, da ‘*roba*’ (Cf. Bock, 1990, p. 193). A comentadora também opera com esta tese, amplamente retomada depois, da passagem das discórdias civis, políticas, para a guerra civil e ainda com aquela da motivação fundamentalmente econômica da revolta dos *Ciampi* para explicar as aparentes contradições de L. III,1. Ver acima nota 40.

52 “[...] nelle vittorie del popolo la città di Roma più virtuosa diventava; perchè, potendo i popolani essere alla amministrazione de’ magistrati, degli eserciti e degli imperii com nobili preposti, di quella medesima virtù che erano quelli si riempievano, e quella città, crescendovi la virtù, cresceva potenza” (Machiavelli, 1971; *Istorie* L. III,1; p. 690).

do tempo do historiador, se sua cidade lhe parece poder tomar qualquer forma de governo, é porque precisa ser politicamente refundada.⁵³ Tal situação, é verdade, lhe dá alguma chance de tomar um caminho republicano; não em função de um mérito qualquer de sua história e de suas *ordini*; mas, evidentemente, por seu demérito. É verdade também que a excelência romana — produzida por suas instituições republicanas⁵⁴ — “converteu-se em soberba e reduziu-se a tais termos que, sem a elevação de um príncipe, (a cidade) não poderia manter-se” (*Ibid.*, p. 691¹). A corrupção da república — que começa com os Mários, os Syllas, e chega aos Césares — é bem conhecida. Mas, por que não aceitar que, no domínio das coisas humanas, tudo tem um fim, mesmo o regime paradigmático que produziu a grandeza — republicana — inigualada daquela cidade?

•

Mas, não podemos deixar de perguntar a que ‘lições’ apontam, finalmente, estas histórias; que ensinamentos traz a trama dos acontecimentos aqui rememorados pelo narrador. Pois, é certo que o acompanhamento deste momento crítico e decisivo do passado de Florença, que ele traz para o centro da narrativa — o episódio em que o artista-historiador empenha toda sua perícia, contando pelo miúdo a evolução das ações e paixões que trabalham os acontecimentos — proporciona grande prazer ao leitor.⁵⁵ Todavia este relato deve também proporcionar-lhe utilidade, segundo requerem os protocolos da disciplina, aos quais alude o Proêmio do livro. E, de fato, são copiosas e preciosas as lições que se extraem deste movimento protagonizado pela plebe florentina; pois, nele a divisão civil constitutiva da vida política manifesta-se da maneira mais evidente e contundente, revelando sua dinâmica, sucessos e equívocos. Vemos um estrato da população, explorado economicamente, subordinado socialmente (inclusive no que diz respeito à administração da justiça) e politicamente excluído (afastado do acesso às magistraturas e de qualquer função de cidadania), que se rebela, manifestando e

53 Newton Bignotto, ao comentar as *Istorie*, observa justamente que “Maquiavel fazia da ausência de liberdade e grandeza uma possibilidade de renovação. Como a Itália havia atingido o ponto mais baixo de seu desenvolvimento, seguindo as leis naturais, podíamos esperar, ou que ela partisse para um novo ciclo de expansão, ou que se arruinasse de vez” (Bignotto, 1991, p. 192).

54 “Debbesi, adunque, più parcamente biasimare il governo romano; e considerare che tanti buoni effetti, quanti uscivano di quella republica, non erano causati se non da ottimi cagioni” (Machiavelli, 1971; *Discorsi*, L. 1,4; p. 83¹). Tais razões são suas instituições, a *libertà*, mostra este capítulo.

55 Já vimos Maquiavel observar: “si niuna cosa diletta o insegna, nella istoria, è quella che particolarmente si descrive” (Machiavelli, 1971; *Istorie, Proemio*; p. 632²).

transformando em ação o humor que naturalmente lhe cabe, aquele de não querer ser explorado, oprimido e comandado; não querer obedecer, desejar a liberdade. Há, certamente, o que aprender sobre ‘as coisas do mundo’ neste episódio das *Istorie* que o autor faz paradigmático.

Vamos, então, sumariamente, aos acontecimentos. Já observamos que esta revolta, com suas evoluções e efeitos próprios, emerge no bojo de uma rebelião mais ampla, iniciada pelo ‘*popolo minuto*’ (em aliança com alguns ‘*popolani*’, também descontentes, e logo apoiada igualmente pela plebe) contra o comando tirânico da ‘*parte guelfa*’, que agregava “a maior parte dos *popolani* mais poderosos” em aliança com os antigos nobres. Vimos ainda que este primeiro movimento visava essencialmente ao afastamento da prepotência deste ‘partido’ (que se põe odiosamente acima das leis e instituições) e à anulação de medidas perversas urdidas por seus ‘capitães’, como ‘advertências’ e exílios — aquelas exigências que, em vista da extensão dos tumultos, foram logo atendidas pelos *Signori* e os Conselhos. Mas, a narrativa atesta também que, não obstante as vitórias, a revolta popular persiste e que desliza na direção do desejo de vingança e de eliminação dos adversários (desejo de “caçar e destruir seus inimigos” — Cf. Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III,II; p. 699¹), a deriva que o novo *gonfaloniero*, Luigi Guicciardini, com indignação e grandeza, deplora e censura, assinalando as perdas que tal atitude trazia para a cidade (Cf. *Ibid.*, p. 699²). Nesse momento, quando as paixões já se arrefecem, é que, segundo o narrador, já vimos, “nasce *um novo tumulto*, que muito mais que o primeiro abalou a república” (*Ibid.*, p. 700¹, grifos nossos). Pois, a plebe ao assumir a continuidade e a direção do movimento, imprime-lhe outro sentido — mais radical, revolucionário mesmo —, visando à própria transformação das instituições no sentido mais extremo das aspirações democrático-republicanas. Tais disposições e horizontes são apresentados pelo historiador no magnífico discurso atribuído a um *ciompo* anônimo, para marcar (como recomendam os modelos clássicos da disciplina), no ponto de partida, as motivações da rebelião, deste “outro tumulto” (*Ibid.*).

Retornemos a esse discurso. Seu autor, um plebeu apresentado como “sagaz e experiente”, após lembrar aos companheiros os ódios em que incorrem e os perigos que correm, assinala para a ação a que os conclama a busca “de duas coisas e dois fins” (*Ibid.*). Um primeiro, imediato e circunstancial: não serem castigados por todas as violências já ocorridas. Outro, o fundamental: “poder viver com mais liberdade e mais satisfação que no passado” (*Ibid.*).⁵⁶ Ele pondera

⁵⁶ Lembramos toda a passagem: “Noi dobbiamo per tanto cercare due cose e avere, nelle nostre deliberazioni, duoi fini: l’uno di non potere essere delle cose fatte da noi ne’ prossime giorni gastigati, l’altro di potere com più libertà e più sodisfazione nostra che per il passato vivere” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III,13; p. 701¹).

que intensificar os tumultos, multiplicar roubos e incêndios, seria o melhor caminho para o perdão das violências já cometidas “e para as coisas que desejamos — insiste — para realizar nossa liberdade” (*Ibid.*). Ele evoca depois a igualdade fundamental de todos os homens; denuncia a fraude que alimenta as riquezas; a usurpação e a força que sustentam os poderes; por fim, a necessidade do emprego da violência para escaparem à servidão e à pobreza. Assim, imbuída de tais ideias e propósitos — e mediante as mais desenfreadas atrocidades — a plebe consegue impor aos poderes da cidade a anuência às *ordini* republicanas as mais radicais jamais vistas; pois, ao conquistar a cidadania para si, estes *ciompi* lhe conferem, pela primeira vez na história, uma extensão universal: estendem, como vimos, de maneira inédita, o exercício de direitos políticos a todos os homens adultos da cidade.⁵⁷ Assim, a liberdade e a igualdade políticas alcançam aqui, de maneira inédita, sua figura ‘acabada’, em compreensão e extensão: governo de leis acima de todos e magistraturas virtualmente partilhadas por todos, como se pode verificar pelas disposições constitucionais estabelecidas no momento da vitória do movimento. Pois, nesse novo ‘*stato*’, confere-se aos três estratos econômico-sociais então reconhecidos estrita igualdade política, com a atribuição a cada um deles de um terço das magistraturas, dos postos de governo (é verdade que, de início, já observamos, com algum desequilíbrio em favor da própria plebe vitoriosa no nível dos postos do comando supremo, a *Signoria*, certamente dado ao calor da hora da revolução⁵⁸).

Com a derrubada do antigo regime, rompe-se, então, a longa hegemonia — bem enraizada e constitucionalmente sustentada — das corporações maiores; amplia-se a participação das menores e a plebe obtém finalmente seu bom quinhão na divisão do poder. Mas, tal *stato*, (que muito deveu, segundo Maquiavel, à lucidez e bravura de um homem excepcional, a personagem mais elogiada de toda a obra, como já indicamos⁵⁹) se verificará extremamente efêmero. Começa

57 É útil enfatizar que em um regime alicerçado nas corporações de ofícios, em que a participação na ordem política só se efetiva pela inscrição em uma delas, a universalização da cidadania se dá pela criação de corporações, *Arti*, que abriguem ofícios até então marginalizados e, sobretudo, pelo artifício e astúcia da constituição de uma corporação dos sem ofício, assalariados braçais e outros, em Florença associados justamente na denominação ‘*ciompi*’.

58 Conferir nota 42.

59 Já na sua primeira aparição no relato Maquiavel o qualifica como “uomo sagace e prudente e più alla natura che alla fortuna obligato” (*Ibid.*, p. 704²). Mais adiante, ao narrar a vitória de Lando sobre a própria plebe, novamente rebelada, o historiador amplifica ainda mais estes elogios: “Ottenuta la impresa, si posarono i tumulti, solo per la virtù del Gonfaloniere. Il quale d’animo, di prudenza e di bontà superò in quel tempo qualunque cittadino, e merita di essere annoverato intra i pochi che abbino benificata la patria loro: perchè, se in esso fusse stato animo o maligno o ambizioso, la republica al tutto perdeva la

a perder energia e a ruir de imediato, não representando mais, bem depressa, senão um enquadramento formal para a tirania de alguns ‘grandes’ que haviam se aliado à plebe, aqueles *popolani* que passaram a ser designados pelos florentinos ‘*capi della parte plebea*’, o partido que resistiu no comando do Estado por três anos.⁶⁰ No entanto, o que é importante e o que é certo é que, por um brevíssimo instante, brilhou à beira do Arno uma república perfeita, a realização acabada dos ideais republicanos.

•

Mas, o que faz naufragar este magnífico feito republicano? O que o faz deslizar quase instantaneamente na direção de sua perda, colocando Florença no declive costumeiro das lutas de facção? Como compreender a quase imediata mutação da aspiração pela cidadania republicana em desejo de dominar, no desejo, que logo emerge na plebe, de ‘permanecer sozinha no governo’⁶¹, de agir como facção? De pronto, o que podemos observar é que a narrativa comprova, com toda a evidência, o teor das considerações introdutórias do primeiro capítulo deste L. III em que ela se inscreve. Pois, a plebe florentina, ao protagonizar (depois da revolta popular, da grande e pequena burguesias, contra a nobreza) esta segunda e mais radical vaga de inspiração republicana⁶², volta a repetir o erro — acusado por Maquiavel — já cometido pelo *popolo* (*minuto e grasso* associados) ao vencer os nobres e ao procurar para Florença o caminho da ‘*libertà*’⁶³: deixa-se arrebatado pelo desejo “injurioso e injusto”, diz o historiador, de excluir seus adversários das magistraturas de governo, retomando a trilha dos governos “*de parte*” e, assim, as lutas de facções.⁶⁴

sua libertà, e in maggiore tirannide che quella del Duca di Atene parveniva; ma la bontà sua non gli lasciò mai venire pensiero nello animo che fusse al bene universale contrario, la prudenza sua gli fece condurre le cose in modo che molti della parte sua gli cederono e quelli altri potette com le armi domare” (*Ibid.*; L. III,17; p. 706¹).

60 Ver acima nota 47.

61 A expressão é usada por Machiavel (*Ibid.*; L. III,4; p. 692²) para referir-se às pretensões dos capitães guelfos em relação ao partido adversário, mas seguramente cabe também aqui.

62 É útil lembrar a passagem do Proêmio: “In Roma, come ciascuno sa, poi che i re ne furono cacciati, nacque la disunione intra i nobili e la plebe, e con quella infino alla rovina sua si mantenne; [...] ma di Firenze in prima si divisono infra loro i nobili, dipoi i nobili e il popolo e in ultimo il popolo e la plebe” (Machiavelli, 1971; *Istorie, Proêmio*; p. 633¹).

63 Esta expressão, não é demais lembrar, designa correntemente instituições republicanas, como se pode observar em inúmeras passagens da obra. Veja-se, entre muitas outras passagens (sobretudo dos *Discorsi*), o capítulo 9 do *Príncipe*: “Per che in ogni città si trovano dua umori diversi [...] e da questi dua appetiti diversi nasce nelle città uno de’ tre effetti, o principato o libertà o licenzia” (Machiavelli, 1971; *Príncipe*, 9; p. 271¹).

64 Não se entenda, porém, como amplamente assumido no campo do comentário (entre

Mas, o que, finalmente, com as consequências assinaladas, move a plebe na direção da perda de sua pulsão republicana? Poder-se-ia pensar, é certo, na ‘maldição do poder’: a própria vitória, a ocupação do Palácio, carreariam a reconfiguração de seus propósitos, secretando na plebe um outro humor, acendendo ambições e prepotências (Cf. Adverse, 2007, p. 45). Pois, de fato, o narrador parece ver-se nesta hora constrangido a qualificar os atos da plebe com os mesmos adjetivos usados um pouco antes para os ‘capitães guelfos’: *audacia*, *arroganzia*, *presunzione*, *insolenza*, *supervia*, como se constata especialmente no surpreendente capítulo 17. No entanto, logo compreendemos que mesmo a arrogância ou a audácia revolucionárias não atestam explicação suficiente para o desejo dos *ciompi* — semelhante ao das facções *popolari* — de controlar totalmente o governo. Maquiavel nos faz ver que tal insolência é em grande parte movida por paixões políticas mais primitivas e poderosas: o ódio (de classe) e o desejo de vingança — que, no momento da vitória, associam-se ao medo do revés e, assim, à necessidade de assegurar os espaços conquistados. Vimos que os *ciompi* se rebelam contra Lando e o novo governo porque lhes parecia, já vimos, que seu *gonfaloniero*, “ao reformar o estado, havia sido muito parcial em favor dos *maggiori popolani* e não lhes parecia terem obtido uma parte suficiente no governo para se manterem nele e poderem defender-se, caso fosse necessário” (Machiavelli, 1971; *Istorie*, L. III, p. 705¹)⁶⁵. Este caminho já se anunciara no discurso do *ciompo* anônimo em sua contundente exortação: “já é tempo — dizia — não só de libertar-vos deles, mas de tornar-vos tão superiores que eles tenham mais a queixar-vos de vós e a temer-vos que vós a eles” (*Ibid.*, p. 702¹). Melhor, certamente, lhes teria sido temerem, todos os cidadãos, a força das leis.

No entanto, para chegarmos à mais profunda das lições desta história, talvez seja necessário avançar um pouco mais na compreensão dos móveis desta reversão do desejo assinalado no comportamento da plebe. Parece ser necessário averiguar abaixo da motivação passional de sua atuação ‘facciosa’ — ódio e desejo de vingança, medo e desejo de segurança, que, com a vitória, deságuam em

outros, Bock, 1990, p. 182), que o bem das repúblicas advenha de um ‘compromisso’ entre os desejos de nobres e plebe, de um equilíbrio (certamente sempre tenso) entre os interesses dos grandes e do povo, de modo a criar, entre eles, um espaço intermediário, comum. É preciso observar que o ‘bem comum’ não vem da conciliação dos ‘interesses’ das partes da cidade, ele vem da negação da particularidade opressiva dos interesses dos grandes pelo povo, o *universale*, que se exprime na produção de leis (universais políticos). É o humor popular de recusa da dominação e opressão o fundamento das instituições e leis republicanas, a raiz e a “guarda” da *libertà* (Cf. Cardoso, 2015).

65 Esta consideração se impõe aos *Ciompi* não obstante a partilha das magistraturas ter conferido às três novas corporações da representação da plebe metade dos oito postos do colegiado da *Signoria* e um terço das demais magistraturas. Com sua vitória a plebe passa, portanto, a aspirar a um poder incontrastado ou, simplesmente, ao ‘poder’.

arrogância e desejo de comandar e oprimir, semelhante ao dos grandes — para detectar o motor político primeiro que sustenta e norteia estas manifestações. É preciso compreender que o desejo da plebe de controlar inteiramente o governo não tem apenas um caráter opositivo e defensivo, negativo; ele certamente ganha estatuto e eficácia verdadeiramente políticos por sua pretensão, afirmativa, de representar o *universale*, de encarnar os interesses do ‘povo florentino’. A plebe, o grande número, pretende ser o povo, confunde-se com o todo; assume-se, de fato, como ‘classe universal’ e, assim, como sujeito encarnado da enunciação das leis e do Direito; não se vê como uma classe historicamente determinada, portadora da enunciação de direitos. Por isso quer se instalar no lugar da Lei — para usarmos a linguagem lefortiana — e submeter a si, como seu fiador, as instituições republicanas mediadoras das leis, ao invés de, republicanamente, submeter-se às leis (verdadeiras) que, naquele momento, ela mesma enuncia. Maquiavel atesta a atuação deste motor propulsor da reversão do desejo republicano numa passagem precisa da narrativa, que ele destaca, não sem alguma ironia. A plebe, reunida em Santa Maria Novella, insurgida contra o governo presidido por Lando e decidida a destituir o governo, escolhe oito novos *signori* e outros magistrados (extraídos todos de suas próprias corporações), que, entre outras medidas, segundo já vimos, determinam que haverá sempre, daí em diante, oito comissários (o mesmo número dos *Signori*) *morando no Palácio* com os titulares do governo, para confirmar tudo o que deliberassem, entendendo, assim, entronizar o ‘povo’ no controle contínuo, permanente e direto do poder. É nesta pretensão de ‘governar sozinha’ que a plebe atesta sua ilusão de ser ‘o povo’, de encarnar o *universale* e materializá-lo no lugar do poder. Em termos lefortianos, mais uma vez, podemos dizer que a plebe cede à ilusão da superação da divisão da sociedade em relação a si mesma (enquanto se figura como ‘o povo’), da superação de divisão da sociedade em relação ao poder (enquanto acredita suprimir a opressão – advinda da particularidade dos interesses – e realizar a Liberdade, ao reivindicar para si o lugar da Lei e a exclusividade do poder). É verdade que esta ilusão não é imotivada. Os *Ciampi*, efetivamente, afirmam o direito de todos à participação política, diante dos ‘grandes’, que sustentam sua exclusão. Desse modo, não é difícil compreender que ao conseguirem fazer valer o princípio republicano da universalidade da cidadania pretendam recusar aos oponentes da realização deste princípio (aos seus opressores) qualquer poder, e também, portanto, que se vejam como os representantes do universal e potência encarnada, substantivada, de negação de toda opressão. Não se dão conta da passagem da afirmação da universalidade das leis para o caminho de seu próprio ‘poder’. Um nó reiteradamente reproduzido na busca de realização da República.

Assim, se pensarmos, como parece se impor, que, em suas diversas obras

‘políticas’ e ‘históricas’, Maquiavel retira da matéria histórica (“a experiência das coisas modernas e a contínua lição das antigas”) um mesmo saber fundamental — o saber relativo ao incontornável conflito civil entre grandes e povo, entre o desejo de dominar (a opressão produzida pela particularidade dos interesses) e sua negação (a afirmação de universais políticos) —, podemos verificar que as *Istorie* reafirmam esse saber, acrescentando, entretanto, a ele um conhecimento precioso, aquele do seu avesso: o da ilusão — tácita — da superação desta divisão entre poder e sociedade, tão nitidamente patenteada nesta Revolta dos *Ciompi*. Deste modo, a história desta primeira revolução republicana moderna — pois tratou-se de uma — surge permeada por uma lição de enorme utilidade, ignorada por aquelas que a sucederam e por tantos partidos que por ela aspiraram e aspiram, sem compreender que ela só será se for ‘plebeia’ e democrática, sim, mas também autenticamente republicana.

São, seguramente, como se vê, para sempre necessárias estas lições que Maquiavel extrai de suas *Istorie*.

Referências

- ADVERSE, Helton (Org.) (2010). *Maquiavel: Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- AMES, José Luiz (2014). “Transformações do significado do conflito na ‘História de Florença’ de Maquiavel”, *Kriterion*, 129, junho, pp. 265-286.
- ARANOVICH, Patrícia F. (2007). *História e Política em Maquiavel*, São Paulo: Discurso Editorial.
- ARISTOTLE (1973). *Metaphysics*, translated by W. D. Ross, Chicago and London: University of Chicago Press.
- BIGNOTTO, Newton (1991). *Maquiavel Republicano*, São Paulo: Edições Loyola.
- BIGNOTTO, Newton (2006). *Republicanism e Realismo: um perfil de Francesco Guicciardini*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BOCK, Gisella (1990). “Civil discord in Machiavelli’s *Istorie Fiorentine*”, In Skinner Bock and Maurizio Viroli (Eds.), *Machiavelli and Republicanism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BONDANELLA, Peter E. (1973). *Machiavelli and the Art of Renaissance History*. Detroit: Wayne University Press.
- BUTTERFIELD, Herbert (1965). *Maquiavelo y el arte de gobernar*, Buenos Aires: Editorial Huemul.
- CARDOSO, Sérgio (2015). “Em direção ao núcleo da ‘obra Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações”, *Discurso*, vol. 45, n. 2, pp. 207-248.

- FERGUSON, Wallace K. (1950). *La Renaissance dans la pensée historique*, Paris: Payot.
- GAILLE-NIKODIMOV, Marie (2005). *Machiavel*, Paris: Tallandier.
- GARIN, Eugenio (2006). *Machiavel entre Politique et Histoire*, Paris: Éditions Allia.
- GILBERT, Felix (1973). *Machiavelli and Guicciardini*, Princeton: Princeton University Press.
- GILBERT, Felix (1977). *Machiavelli e il suo tempo*, Bologna: Il Mulino.
- HANKINS, James (1996). “Humanism and the origins of modern political thought”, In Jill Kraye (Ed.), *The Cambridge Companion to Renaissance Humanism*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MACHIARELLI (1971). *Tutte le Opere*, a cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni Editore.
- MATUCCI, Andrea (1991). *Machiavelli nella Storiografia Fiorentina: per la storia di un genere letterario*, Firenze: Leo S. Olschki Editore (Istituto Nazionale di Studi sul Rinascimento. Quaderni di “Rinascimento”, XIV).
- MÉNISSIER, Thierry (2001). *Machiavel, la politique et l'histoire*, Paris: PUF.
- PANCERA, Gabriel (2010). *Machiavel entre Républiques*, Belo Horizonte: Editora UFMG.
- RIDOLFI, Roberto (1960). *Machiavel*, Paris: Fayard.
- TEIXEIRA, Felipe C. (2010). *Timoneiros: retórica, prudência e História em Machiavel e Guicciardini*, Campinas: Editora UNICAMP.